

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM
SERVIÇO SOCIAL- ABEPSS**

CRISTIANA COSTA LIMA

(ORGS)

Pós-Graduação em Serviço Social:

um panorama das atividades acadêmicas

no pós-pandemia



Pós-Graduação em Serviço Social:

um panorama das atividades acadêmicas

no pós-pandemia

Coleção Selo ABEPSS





UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Reitor Prof. Dr. Fernando Carvalho Silva

Vice-Reitor Prof. Dr. Leonardo Silva Soares



SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS

Diretor Prof. Dr. César Augusto Castro



EDITORIA DA UFMA

Coordenadora	Irenilma Cadête Lima
Conselho Editorial	Profª. Dra. Andréa Katiane Ferreira Costa
	Profª. Dra. Débora Batista Pinheiro Sousa
	Prof. Dr. Edson Ferreira da Costa
	Prof. Dr. José Carlos Aragão Silva
	Profª. Dra. Jussara Danielle Martins Aires
	Profª. Dra. Karina Almeida de Sousa
	Prof. Dr. Luís Henrique Serra
	Prof. Dr. Luiz Eduardo Neves dos Santos
	Profª. Dra. Luma Castro de Souza
	Prof. Dr. Márcio José Celeri
	Profª. Dra. Maria Áurea Lira Feitosa
	Profª. Dra. Raimunda Ramos Marinho
	Profª. Dra. Rosângela Fernandes Lucena Batista
	Bibliotecária Márcia Cristina da Cruz Pereira



Associação Brasileira das Editoras Universitárias



Esta obra está licenciada sob uma Licença

Creative Commons Atribuição-Não Comercial-Compartilha

Igual 4.0 Internacional (CC BY-NC-SA 4.0).

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM
SERVIÇO SOCIAL- ABEPSS**

CRISTIANA COSTA LIMA

(ORGS)

Pós-Graduação em Serviço Social:

um panorama das atividades acadêmicas

no pós-pandemia

São Luís



2026

© EDUFMA, 2026

Projeto Gráfico, diagramação e capa: ABEPSS Design Selo ABEPSS Editorial: Rafael Werkema

Revisão: ABEPSS

Revisor: ABEPSS

Imagem: ABEPSS

Fonte: Times New Roman

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Pós-graduação em serviço social: um panorama das atividades acadêmicas no pós-pandemia [recurso eletrônico] / Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Cristiana Costa Lima (organizadores). — São Luís: EDUFMA, 2026.
55 p. : il. – (Coleção Selo ABEPSS)

Modo de acesso: www.edufma.ufma.br

ISBN ABEPSS: 978-85-89252-17-1

ISBN EDUFMA: 978-65-5363-609-5

1. Serviço social. 2. Pós-graduação. 3. Educação superior. 4. Pesquisa científica. I. Lima, Cristiana Costa. II. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.

CDD 361.30711

CDU 364:378

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Laís Dayane Lima Pereira Maia
CRB 13 / 735

CRIADO NO BRASIL [2026]

Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e autoria e respeitando a Licença Creative Commons indicada

| EDUFMA | EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Av. dos Portugueses, 1966 | Vila Bacanga

CEP: 65080-805 | São Luís | MA | Brasil

Telefone: (98) 3272-8157

www.edufma.ufma.br | edufma@ufma.br

INTEGRANTES DO GRUPO DE TRABALHO:

Gestão “Em Luta, Seguimos Atentas e Fortes: Luciana Cantalice, presente!” (2023-2024)

Alzira Maria Baptista Lewgoy-UFRGS

Larissa Dahmer Pereira-UFF

Maria das Graças e Silva-UFPE

Ruteléia Cândida de Souza Silva-UFMT



COMISSÃO SELO ABEPSS EDITORIAL CARMELITA YAZBEK

**Gestão “A certeza na frente, a história na mão”: Serviço Social e luta coletiva
(2025-2026)**

Joana Valente Santana-UFPA

Laís Duarte Corrêa-UFRGS

Jeffeson William Pereira-UFAM

Solange Maria Gayoso da Costa-UFPA



DIRETORIA DA ABEPSS - GESTÃO “Em luta, seguimos atentas e fortes: Luciana Cantalice, presente!” (2023-2024)

Diretoria Executiva Nacional

Presidente: Erlenia Sobral do Vale
Secretária: Leila Maria Passos de Souza Bezerra
Tesoureira: Roberta Menezes Sousa
Coordenação Nacional de Graduação: Elivania da Silva Moraes
Coordenação Nacional de Pós-Graduação: Maria das Graças e Silva
Coordenação de Relações Internacionais: Esther Luiza de Souza Lemos
Suplentes Docentes: Ruth Ribeiro Bittencourt e Maria Helena Elpídio
Representação Discente de Graduação (titular): Felipe Vinicius Mendonça da Silva
Representação Discente de Graduação (suplente): Cláudia Raquel Cardoso Farias Martins
Representação Discente de Pós-Graduação (titular): Leonardo Dias Alves
Representação Discente de Pós-Graduação (suplente): Karoline Lucia Santos Cunha

Conselho Fiscal

Daniela Ribeiro Castilho
Gustavo Javier Repetti
Kathiuscia Aparecida Freitas Pereira Coelho

Diretoria Regional Norte

Vice-Presidência: Teresa Cristina Moura Costa
Coordenação Regional de Graduação: Selma Maria Silva de Oliveira Brandão
Coordenação Regional de Pós-Graduação: Rosemeire dos Santos
Suplente Docente de Diretoria: Patrício Azevedo Ribeiro
Representação Supervisão de Campo de Estágio: Claret Costa Brito
Representação Discente de Pós-Graduação (titular): Nayara de Holanda Vieira
Representação Discente de Pós-Graduação (suplente): Jurimar Mendes Lima Júnior
Representação Discente de Graduação (titular): Sarah Taynah da Conceição Ferreira
Representação Discente de Graduação (suplente): Larissa Monteiro dos Santos

Diretoria Regional Nordeste

Vice-presidência: Andrea Alice Rodrigues Silva
Coordenação Regional de Graduação: Vera Núbia Santos
Coordenação Regional de Pós-Graduação: Heleni Duarte Dantas de Ávila
Suplente Docente de Diretoria: Marli de Araújo Santos
Representação Supervisão de Campo de Estágio: Maria Derleide Andrade
Representação Discente de Pós-Graduação (titular): Carmem Lúcia Néo
Representação Discente de Pós-Graduação (suplente): Lucas Aredes Alves
Representação Discente de Graduação (titular): Ana Paula Bezerra Gonçalves
Representação Discente de Graduação (suplente): Lídia Ellen Santos Silva

Diretoria Regional Centro-Oeste

Vice-Presidência: Hayeska Costa Barroso
Coordenação Regional de Graduação: George Francisco Ceolin
Coordenação Regional de Pós-Graduação: Sandra de Faria
Suplente Docente de Diretoria: Betina Ahlert
Representação Supervisão de Campo de Estágio: Jéssica Camargo Cardoso
Representação Discente de Pós-Graduação (titular): Andreza Telles dos Santos
Representação Discente de Pós-Graduação (suplente): Laryssa Danielly Silva Fernandes
Representação Discente de Graduação (titular): Alice Gabriele Gomes Marqueto
Representação Discente de Graduação (suplente): AgniIna Oliveira de Carvalho

Diretoria Regional Leste

Vice-presidência: Juliana Iglesias Melim
Coordenação Regional de Graduação: Cibele da Silva Henriques
Coordenação Regional de Pós-Graduação: Arianne Rego de Paiva
Suplente Docente de Diretoria: Clarice da Costa Carvalho
Representação Supervisão de Campo de Estágio: Cynthia Rezende Soares Rodrigues
Representação Discente de Graduação (titular): Ester Gomes Mário
Representação Discente de Graduação (suplente): Laryssa Louranne Neres de Oliveira
Representação Discente de Pós-Graduação (titular): André Henrique Mello Correa
Representação Discente de Graduação (suplente): Nicole Cristina Oliveira

Diretoria Regional Sul I

Vice-presidência: Monique Bronzoni Damascena
Coordenação Regional de Graduação: Edinaura Luza
Coordenação Regional de Pós-Graduação: Inez Rocha Zacarias
Suplente Docente de Diretoria: Fabiana Luiza Negri
Representação Supervisão de Campo de Estágio: Eduardo de Oliveira Garcia Representação
Discente de Pós-Graduação (titular): Laís Duarte Corrêa
Representação Discente de Pós-Graduação (suplente): Alene Silva da Rosa
Representação Discente de Graduação (titular): Beatriz Antunes da Rosa
Representação Discente de Graduação (suplente): Jannay Roslayne Mendes

Diretoria Regional Sul II

Vice-presidência: Rodrigo Diniz
Coordenação Regional de Graduação: Therezinha de Fátima Rodrigues
Coordenação Regional de Pós-Graduação: Renata Gonçalves
Suplente Docente de Diretoria: Fernanda de Oliveira Sarreta
Representação Supervisão de Campo de Estágio: Fernanda Vieira Costa
Representação Discente de Pós-Graduação (titular): Elaine Teixeira Alves dos Santos
Representação Discente de Pós-Graduação (suplente): Juliana Oliveira Marzola dos Santos
Representação Discente de Graduação (titular): Laila dos Santos Oliveira
Representação Discente de Graduação (suplente): Lucas Eduardo do Nascimento

**DIRETORIA DA ABEPSS - GESTÃO “A certeza na frente, a história na mão”:
Serviço Social e luta coletiva (2025-2026)**

Diretoria Executiva Nacional

Presidente: Joana Valente Santana
Secretária: Vera Lúcia Batista Gomes
Tesoureira: Solange Maria Gayoso da Costa
Coordenação Nacional de Graduação: Zaira Sabry Azar
Coordenação Nacional de Pós-Graduação: Inez Terezinha Stampa
Coordenação de Relações Internacionais: Sandra de Faria
Suplentes de Diretoria: Débora Rodrigues Santos e Cristiana Costa Lima
Representante Discente de Pós-Graduação: Leonardo Costa Miranda
Suplente Discente de Pós-Graduação: Dafne Dias Lages Monteiro
Representante Nacional Discente de Graduação: Katiane de Jesus Souza
Suplente Discente de Graduação: Arthur Beserra Moraes

Conselho Fiscal

Teresa Cristina Moura Costa
Rosemeire dos Santos
Jeffeson William Pereira

Diretoria Regional Norte

Vice-Presidência: Patrício Azevedo Ribeiro
Coordenação Regional de Graduação: Marlene Corrêa Torreão
Coordenação Regional de Pós-Graduação: Sofia Laurentino Barbosa Pereira
Representação Supervisão de Campo de Estágio: Najara Mayla do Socorro Veiga Costa Amaro
Suplente Docente de Diretoria: Kátia da Silva Farias
Representação Discente de Pós-Graduação (titular): Isabella Santos Corrêa
Representação Discente de Pós-Graduação (suplente): José Airton Teixeira de Lima Junior
Representação Discente de Graduação (titular): Miriam Marinho Tavares
Representação Discente Graduação (suplente): Renata Schynaider Alves de Sousa

Diretoria Regional Nordeste

Vice-Presidência: Vera Núbia Santos
Coordenação Regional de Graduação: Marli de Araújo Santos
Coordenação Regional de Pós-Graduação: Heleni Duarte Dantas de Ávila Representação
Supervisão de Campo de Estágio: Fabrício Rodrigues da Silva
Suplente Docente de Diretoria: Marina Leite Melo
Representação Discente de Pós-Graduação (titular): Rodrigo Sales Queiroz
Representação Discente de Pós-Graduação (suplente): Ariel Cristina de Araujo Nascimento
Representação Discente de Graduação (titular): Maria Tereza de Sousa Barros

Diretoria Regional Centro Oeste

Vice Presidência: George Francisco Ceolin

Coordenação Regional de Graduação: Michelly Ferreira Monteiro Elias

Coordenação Regional de Pós-Graduação: Bruna Andrade Irineu

Representação Supervisão de Campo de Estágio: Wellington Macedo Coutinho

Suplente Docente de Diretoria: Ruteleia Cândida de Souza Silva

Representação Discente de Pós-Graduação (titular): Júlia Spigolon Xavier

Representação Discente de Pós-Graduação (suplente): Analú Moraes Lopes

Representação Discente de Graduação (titular): Nayla Milena Freire da Silva

Representação Discente Graduação (suplente): Guilherme Salgueiro Veloso

Diretoria Regional Leste

Vice Presidência: Ariane Rego de Paiva

Coordenação Regional de Graduação: Matheus Thomaz da Silva

Coordenação Regional de Pós-Graduação: Tatiana Dahmer Pereira

Representação Supervisão de Campo de Estágio: Luna Alves de Souza Rodrigues

Suplente Docente de Diretoria Nome: Ana Paula de Magalhães Leite

Representação Discente de Pós-Graduação (titular): Deivi Ferreira da Silva Matos

Representação Discente de Pós-Graduação (suplente): Layliene Kawane de Souza Dias

Representação Discente de Graduação (titular): Viviam Bruna dos Reis da Silva

Representação Discente Graduação (suplente): Kaio dos Santos Gomes

Diretoria Regional Sul I

Vice Presidência: Laís Duarte Corrêa

Coordenação Regional de Graduação: Ineiva Terezinha Kreutz

Coordenação Regional de Pós-Graduação: Jaime Hillesheim

Representação Supervisão de Campo de Estágio: Gilza Ferreira de Souza Felipe Pereira

Suplente Docente de Diretoria: Fernanda Nunes Da Rosa

Representação Discente de Pós-Graduação (titular): Joyce Santos

Representação Discente de Pós-Graduação (suplente): Bárbara Domingues Nunes

Representação Discente de Graduação (titular): Maria Izabel da Silva Alves

Representação Discente Graduação (suplente): Valéria Moraes Instituição:

Diretoria Regional Sul II

Vice-Presidência: Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz

Coordenação Regional de Graduação: Rosicler Lemos da Silva

Coordenação Regional de Pós-Graduação: Marcia Campos Eurico

Representação Supervisão de Campo de Estágio: Carla Cristina Teodoro

Suplente Docente de Diretoria: Luzia Fátima Baierl

Representação Discente de Pós-Graduação (titular): Vanessa Isabella dos Santos Ramos

Representação Discente de Pós-Graduação (suplente): Amabile Maria de Moura Passos

Representação Discente de Graduação (titular): Caio Yuji de Souza Tanka Representação

Discente Graduação (suplente): Bianca Stephanie Mioni

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	12
---------------------------	-----------

Comissão Selo ABEPSS Editorial Carmelita Yazbek

PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL:UM PANORAMA DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS NO PÓS-PANDEMIA	13
--	-----------

Alzira Lewgoy

Larissa Dahmer Pereira

Maria das Graças e Silva

Rutelêia C. de S. Silva



APRESENTAÇÃO

A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) apresenta, por meio deste documento, a primeira publicação vinculada ao Selo ABEPSS Editorial Carmelita Yazbek. Este Selo, foi criado em 2025, no âmbito da gestão “A certeza na frente, a história na mão”: Serviço Social e Luta coletiva (2025-2026), sendo fruto da articulação entre a ABEPSS e o Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), com vistas à publicação de produções vinculadas às gestões da entidade.

Como um Selo vinculado à ABEPSS, em parceria com Universidade Pública, tem-se como objetivo publicar, divulgar e registrar a memória do trabalho realizado pela gestão da ABEPSS, assim como os documentos produzidos por ela, promovendo o intercâmbio destes com a formação graduada e pós-graduada em Serviço Social, mediante aprovação em Comissão Editorial deste Selo.

Assim sendo, é com imensa alegria que divulgamos o documento “Pós-Graduação em Serviço Social: um panorama das atividades acadêmicas no pós-pandemia”, documento este que nos permite seguir acompanhando a formação da área no país, na perspectiva da garantia da direção de uma formação pública, gratuita, presencial, socialmente referenciada, e, de qualidade.

Comissão Selo ABEPSS Editorial Carmelita Yazbek

**Gestão “A certeza na frente, a história na mão”: Serviço Social e Luta coletiva
(2025-2026)**

PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: UM PANORAMA DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS NO PÓS-PANDEMIA

Deve-se ter clareza de que, pela sua própria natureza, a educação só pode ser presencial. [...] E sabe-se que uma das principais funções da educação é a socialização das crianças e jovens, o que não pode ser feito com o ensino remoto ou a distância e muito menos com o ensino dito doméstico (Saviani, 2023, p. 198).

Alzira Lewgoy¹

Larissa Dahmer Pereira²

Maria das Graças e Silva³

Ruteléia C. de S. Silva⁴

1.INTRODUÇÃO

A educação superior brasileira vem enfrentando um verdadeiro *tsunami* no início da presente década. O alastramento da formação à distância, fenômeno já em curso desde o final do século XX⁵, o desfinanciamento das universidades públicas⁶ e os ataques de natureza ideológica com o objetivo de desqualificá-las⁷, são alguns dos fenômenos que ganharam força, sobretudo no governo Jair Bolsonaro (2019-2022), cuja natureza protofascista (Lyra, 2020) teve no racismo, machismo, negacionismo científico e nos ataques pseudomoralizantes à educação brasileira e, em particular ao pensamento crítico, alguns dos seus principais pilares ideológicos. Este processo colocou na ordem do dia questões atinentes à autonomia, à liberdade de expressão

¹ Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da UFRGS. Pesquisadora com bolsa de produtividade do CNPq.

² Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional (UFF). Pesquisadora com bolsa de produtividade do CNPq.

³ Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (UFPE). Coordenadora Nacional de Pós-Graduação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

⁴ Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) e do Programa de Pós-Graduação em Política Social (UFMT).

⁵ Para uma análise do Ensino a Distância como política pública e seus impactos na formação em Serviço Social, cf. obra organizada por Vale e Pereira (2019). Para leitura sobre o EaD no Serviço Social, com dados recentes, cf. Pereira e Ferreira (2023).

⁶ Cf. Sguissardi (2023), sobre a expansão da educação superior no Brasil, seus limites e desafios.

⁷ Sobre os ataques à Universidade Pública, cf. Giolo; Leher; Sguissardi (2020).

e à democracia nas universidades ante o avanço do pensamento único e da pretensa neutralidade técnica, de que é exemplo a ideologia do “Escola sem Partido”⁸.

O agravamento da crise estrutural do capital (Mészáros, 2002), com a encarniçada luta pela apropriação do fundo público, tendo à frente o capital financeiro⁹, o aumento do desemprego e do subemprego que empurrou a juventude à disputa por vagas no mercado de trabalho (Camin, 2020) e a incipiente política de assistência estudantil¹⁰ constituem elementos importantes desse desafiante contexto de deterioração das condições de vida e de trabalho da população brasileira, com graves repercussões na educação superior, com destaque para a Pós-Graduação.

A pandemia da Covid-19¹¹ exponenciou os dramas humanos e sociais em curso e interpelou a ciência no sentido de oferecer respostas emergenciais no campo da prevenção e da cura, ao tempo que evidencia os impactos sociais do desfinanciamento da saúde e da pesquisa científica. Os custos sociais se fizeram sentir na sociedade brasileira, em geral e também na Pós-Graduação, a qual registrou, no ano de 2020, 21% de vagas ociosas no Mestrado e 25% no Doutorado em todo o país (CAPES, 2023). Sinalizando a possibilidade desta tendência projetar-se sobre um futuro incerto, tem-se que o número total de ingressantes em Programas de Mestrado e Doutorado atingiu o nível mais baixo entre 2019 e 2022, caindo 12% no período. Após um crescimento constante entre 2015 e 2019, o número total de indivíduos inscritos em tais Programas também começou a cair, de modo que mais de 14.000 vagas de Pós-Graduação ficaram ociosas no período, sendo que o ano de 2022 teve o menor número de matrículas em quase uma década¹². Na contraface deste movimento de queda das matrículas na Pós-Graduação *stricto sensu*, aumentam as especializações *lato sensu*, na modalidade de Ensino à Distância, cujo volume de matrículas cresceu cerca de 288% entre 2020 e 2021 (CAPES, 2023).

⁸ Consultar obra organizada por Frigotto (2017), sobre o “Escola sem Partido”.

⁹ Para uma análise da disputa pelo fundo público, no período de pandemia, cf. Salvador (2020).

¹⁰ Consultar documento produzido pela ABEPSS (2022).

¹¹ A pandemia do Coronavírus foi decretada em 12 de março de 2020. Cf. histórico em: <https://www.paho.org/pt/historico-da-emergencia-internacional-covid-19> Acesso em 23 ago. 2024.

¹² Cf. Pedlowski (2024).

O período pandêmico trouxe, pois, uma série de desafios em todos os aspectos da vida social, dentre eles, destaca-se o campo da Educação, cujos sujeitos precisaram adaptar-se ao Ensino Remoto Emergencial (ERE)¹³, desde a educação básica até a superior¹⁴.

O pós-pandemia ainda está em pleno andamento e as consequências decorrentes da Covid-19 precisam ser estudadas e acompanhadas, em todos os campos/aspectos¹⁵. A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), preocupada com os rumos da formação em Serviço Social no Brasil dá continuidade, com o presente trabalho, ao estudo de questões que envolvem as diversas modalidades de ensino¹⁶. Desse modo, propôs, em reunião de Coordenações de Programas de Pós-Graduação, em 20 de abril de 2023, a formação de um Grupo de Trabalho (GT) sobre Atividades Multimodais nos PPGs da área de Serviço Social na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), cuja função seria a de pesquisar como os Programas vêm enfrentando o período pós-pandêmico, nomeadamente no tocante à utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs)¹⁷.

¹³ Conforme descrito por Silva, Lopes G.; Lopes C. (2023, p. 3), “[...] Diferente do ensino a distância (EaD), que tem um formato padronizado, o ERE consistiu em flexibilizações, mantendo os próprios professores (as) como responsáveis pelo material didático e formas de avaliação [...]. Nesse sentido, mantém o contato direto entre professores(as) das disciplinas e estudantes, sem a presença de um tutor(a) como ocorre na modalidade a distância, cuja função é dar suporte e estabelecer contato direto com os(as) alunos(as) para esclarecer dúvidas. [...] no ERE o(a) docente permanece como facilitador(a) do processo ensino-aprendizagem, por meio de atividades assíncronas (gravadas) e síncronas, mediadas por tecnologias da informação e da comunicação, as conhecidas TICs, como as plataformas de webconferência [...]. Enquanto no EaD, as aulas são todas gravadas e praticamente não há interação com o(a) docente, sendo o processo ensino-aprendizado, em grande parte, de responsabilidade de um(a) tutor(a)”.

¹⁴ Sobre o Ensino Remoto Emergencial (ERE), houve um debate intenso no âmbito das Universidades – especialmente as públicas – quanto aos danos, mas também as possibilidades, decorrentes do ERE. A ABEPSS realizou pesquisa junto às Unidades de Formação (UFAS) no período e lançou 2 documentos orientadores sobre o tema. Ver ABEPSS (2021 e 2022).

¹⁵ As consequências psíquicas ainda precisam ser estudadas. Perdemos, somente no Brasil, mais de 700.000 pessoas, em um contexto negacionista em relação à Ciência e de profundo descaso do governo Bolsonaro (2019-2022) quanto às vidas perdidas e todo o sofrimento vivenciado à época. Vide: Silva e Rodrigues (2021).

¹⁶ A pandemia da Covid-19 impôs imensos desafios à ABEPSS, posto que exigia o isolamento social como medida de contenção e prevenção do contágio. Por esta razão, a entidade convocou a comunidade acadêmica e assistentes sociais envolvidos com a formação, ao debate sobre a proposta de ERE no período pandêmico, entendendo-o como estratégia a ser utilizada em caráter excepcional, ante uma crise sanitária de inimaginável duração e de profundos danos sociais. O ERE foi uma estratégia que sabidamente impunha imensos desafios à formação, dado que se realiza mediado por instrumentos e recursos tecnológicos muitos dos quais desconhecidos, até então, entre estudantes e professores. Além disso, as limitações quanto à qualidade dos instrumentos (celular, computadores, internet), especialmente para os estudantes, forneceram um quadro geral de profundas dificuldades e perdas à formação, conforme mapeamento realizado junto aos PPGs. Cf. ABEPSS (2021).

¹⁷ É inegável que a crise sanitária e o isolamento social dela decorrente constituíram um importante laboratório para a pesquisa, desenvolvimento e disseminação das chamadas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Ante a necessidade de cumprimento das medidas sanitárias, pululam os discursos apologéticos de projetos como ensino híbrido, *homeschooling* e expansão do EaD, com argumento de que as instituições de ensino devem se adaptar ao atual contexto de “inovações disruptivas”, marcado por mudanças “na essência” do processo de ensino-aprendizagem, tanto no seu funcionamento quanto na forma como é realizado (Negreiros, 2022). Cabe destacar que tais proposições encontram fulcro na dinâmica expansionista do capital. Trata-se de uma formação de natureza tecnicista e aligeirada, voltada à constituição de um novo perfil de trabalhador, cujas características

O GT elaborou uma pesquisa com o objetivo de conhecer, por meio da visão das Coordenações de Programas de Pós-Graduação (PPGs) da área de Serviço Social, se, após a melhoria das condições sanitárias, os PPGs mantiveram atividades remotas e/ou híbridas, além das presenciais. Trata-se, pois, de um esforço inicial da ABEPSS em conhecer, de forma mais aproximada, a realidade dos PPGs no *pós-pandemia* e, com eles, buscar estratégias que garantam a qualidade do processo formativo de novos docentes e pesquisadores na área do Serviço Social.

2. UM PANORAMA SOBRE O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES NOS PPGS DA ÁREA SERVIÇO SOCIAL NO PÓS-PANDEMIA

Para desvendar o panorama dos 36 (trinta e seis) Programas de Pós-Graduação foi necessário aproximarmo-nos deste cenário, utilizando o questionário como ferramenta para a coleta de dados. O instrumento foi aplicado durante os meses de setembro a outubro de 2023 junto às Coordenações dos PPGs da área de Serviço Social¹⁸ e apresentou 38 (trinta e oito) questões. As perguntas de 01 a 08 são direcionadas à identificação do respondente/instituição/Programa e à ciência do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)¹⁹ e as questões 09 a 23 abordaram o quantitativo de vagas ofertado pelos Programas *versus* o preenchimento das mesmas.²⁰

Na presente brochura apresentaremos as respostas das questões 24 a 38, visto o objetivo central ter sido conhecer como os PPGs vêm desenvolvendo as diversas atividades acadêmicas (se de forma híbrida, remota e/ou presencial). Desse modo, apresentamos as respostas que se referem às seguintes atividades realizadas no âmbito dos Programas: Disciplinas; Reuniões e eventos dos Núcleos de Pesquisa e Extensão; Bancas; Eventos Acadêmicos; Reuniões Colegiadas/Comissões; Atividades Administrativas.

Quanto à participação, dos 36 (trinta e seis) Programas de Pós-Graduação vinculados à área de Serviço Social na CAPES, à época da pesquisa²¹, obtivemos o retorno de 32 (trinta e

essenciais são: adaptabilidade, resiliência, empreendedorismo, empregabilidade e flexibilidade (Guerra; Carrara; Martins, 2022).

¹⁸ Em momento posterior, buscar-se-á a aplicação de questionários junto a docentes e discentes dos PPGs.

¹⁹ Não apresentaremos tais respostas, visto que foi garantido o anonimato tanto de instituições quanto dos respondentes.

²⁰ Tais dados serão trabalhados e apresentados posteriormente.

²¹ Importante destacar que, após o preenchimento do questionário, 2 (dois) outros PPGs foram aprovados na Região Sul I.

dois) Programas, o que equivale a 88,9% de retorno. Cabe salientar que a resposta foi voluntária e os Programas não serão identificados nos resultados publicados.

Tabela 1 – Quantitativo de PPGs por região da ABEPSS e por número de respondentes

Região ABEPSS	PPGs por Região		% de respondentes em relação ao total de PPGs da Região
	Total	Respondentes	
Norte	05	05	100,0%
Nordeste	10	08	80,0%
Centro-Oeste	03	03	100,0%
Leste	09	07	77,8%
Sul I	06	06	100%
Sul II	03	03	100%
Total	36	32	88,9%

Fonte: Elaboração própria (2024).

Em seu conjunto, as respostas apresentadas pelas Coordenações ao questionário possibilitaram conhecer como as atividades dos Programas de Pós-Graduação têm sido realizadas – se de forma presencial, remota e/ou híbrida – no período pós-pandemia.

Foram realizadas duas questões para cada atividade no que confere a: disciplinas; núcleos de pesquisa e extensão; bancas; eventos acadêmicos; reuniões colegiadas/comissões; atividades administrativas. A primeira questão, de cunho quantitativo e com possibilidade de marcar mais de uma opção, buscou apreender como o Programa desenvolve suas atividades desde o fim da pandemia, se no formato presencial, remoto e/ou híbrido. Enquanto na segunda pergunta, foi solicitado à Coordenação qualificar, em um texto dissertativo, o desenvolvimento da respectiva atividade.

SOBRE AS DISCIPLINAS

Ao serem questionadas quanto ao formato das disciplinas²², as Coordenações marcaram²³, majoritariamente, que as disciplinas vêm sendo ministradas de forma presencial, enquanto, com menor expressão, indicaram o formato híbrido²⁴ (gráfico 1).

Gráfico 1 – Formato das disciplinas ministradas



Fonte: Elaboração própria (2024).

Na questão 25 foi solicitado à Coordenação avaliar o desenvolvimento das disciplinas no pós-pandemia²⁵, cujos respondentes indicaram, de forma dissertativa, realidades distintas: desde Coordenações que indicaram o “retorno à normalidade”, até aquelas que afirmaram que esse é um processo “em construção”. Outras Coordenações indicaram muitas dificuldades de adaptação discente e também de permanência estudantil. Enquanto, outras, embora tenham

²² Questão 24: “Com a melhora das condições sanitárias, a partir de 2022, as disciplinas vêm sendo ofertadas na modalidade: [...]”.

²³ As Coordenações puderam marcar mais de uma opção, portanto, não cabe realizar a soma, visto que foram permitidas mais de uma resposta por Programa.

²⁴ O formato híbrido foi assim apresentado às Coordenações: “Híbrido – com momentos presenciais e, outros, remotos. Exemplo: docente e discentes em sala – presencialmente – e discentes em casa, participando também da aula remotamente”.

²⁵ Questão 25: “Enquanto Coordenador/a de Pós-Graduação, como você avalia o desenvolvimento das disciplinas no pós-pandemia?”. Foi solicitada, obrigatoriamente, resposta qualitativa, de modo que totalizaram 32 (trinta e duas) respostas dissertativas.

retomado o formato presencial nas disciplinas, passaram a aproveitar a experiência do formato remoto, por meio da participação de docentes externos nas disciplinas.

As respostas foram agrupadas em 3 (três) blocos: o primeiro indicou um nível satisfatório de retorno ao formato presencial, sem grande problematização:

BLOCO 1: retorno presencial, sem maiores problemas (14 respondentes)²⁶.

“Em bom nível”.

“Bem, dentro do esperado”.

“Houve um maior aproveitamento discente após o retorno presencial”.

“Desenvolveu-se de forma satisfatória [...]”.

“De forma positiva com possibilidade de mais engajamento, participação das turmas, interação”.

“As disciplinas têm sido ministradas de forma presencial, sem problemas”.

“Ao retornarmos ao ensino presencial houve uma melhoria no aproveitamento e na participação discente”.

“Pouco a pouco as atividades de sala de aula foram voltando à modalidade presencial e a qualidade tem melhorado significativamente”.

“Satisfatório. No que se refere ao corpo docente, há consenso sobre a realização de aulas presenciais. Em relação ao corpo discente, verifica-se boa frequência e boa participação nas aulas, apesar dos adocimentos”.

“Estão sendo realizadas de forma adequada, planejadas em conjunto com alunos [...]”.

“Retornaram à normalidade”.

“Temos tido adesão dos discentes a elas sem problemas”.

“Participação expressiva de discentes; algumas disciplinas compartilhadas por docentes foram bem avaliadas no processo e mantida a configuração em sala de aula”.

“Não estamos com dificuldades com as aulas presenciais”.

Já no segundo bloco, embora as Coordenações tenham indicado satisfação no retorno ao formato presencial, pontuaram alguns limites e desafios. As mesmas apresentaram uma “certa normalidade” no retorno presencial, mas indicaram alguns desafios, como dificuldade na retomada, organização no cuidado com as crianças, envolvimento e socialização de conhecimentos ainda limitados, baixo número de estudantes e cancelamento de disciplinas,

²⁶ Cada frase entre aspas corresponde a uma resposta, de cada Coordenação.

condições precárias do campus, manutenção de algumas atividades remotas (o que não foi visto como negativo, mas um “ganho” oriundo da experiência remota na pandemia):

BLOCO 2: certa normalidade, mas com alguns desafios/limites (09 respondentes)²⁷.

“Inicialmente, a retomada foi difícil, mas em 2023 voltamos à normalidade”.

“Retorno presencial potente ainda que muitos estudantes ainda estejam se organizando com os cuidados com as crianças. Do ponto de vista do conteúdo, nossa avaliação é a melhor possível pelo debate e pela construção do aprendizado coletivo. Na [Universidade] é obrigatório as disciplinas acontecerem de forma presencial”.

“Consideramos satisfatório, mas não o ideal em termos de envolvimento e socialização de conhecimentos”.

“As disciplinas vêm sendo ofertadas normalmente, entretanto, devido ao baixo número de estudantes, algumas foram canceladas. Aquelas que foram ofertadas se desenvolveram conforme o planejado”.

“O retorno das atividades presenciais no ano de 2022 ocorreu de forma gradativa em função das condições que se encontrava a estrutura física do Instituto, [...] bem como decorrente da dificuldade de alguns mestrandos/mestrandas concluírem sua mudança de cidades (do interior [para a capital]). A partir do segundo semestre de 2022 esta situação foi regularizada e, desde então, as disciplinas retomaram o formato presencial. No entanto, há que se registrar que a videoconferência tem possibilitado que a disciplina presencial também conte com a participação de docentes [convidados] de forma remota”.

“Em construção. Trabalhar juntos aos alunos a disciplina intelectual para com as atividades de leitura e motivação para o estudo e aulas presenciais”.

“Temos tido problemas de espaço físico inadequado, já que nossa sala de aula não tem ventilação ou janelas. Assim, ocupamos outra sala, muito precária. As aulas presenciais, no entanto, têm uma qualidade superior e incentiva a participação discente quando comparadas às aulas remotas”.

“O retorno foi positivo e, em termos de debate e aprendizados, houve um salto qualitativo. Entretanto, não foi possível a ruptura total com atividades remotas”.

“No pós-pandemia, houve uma ansiedade por parte de discentes e docentes, para o retorno presencial, tanto pela adaptação ao presencial como também pela resistência para esse retorno. No momento, já houve uma compreensão de que o Programa é presencial e, apenas, professores convidados e que são de outros estados realizam aulas híbridas”.

Por fim, o terceiro bloco agrupou respondentes que indicaram muita preocupação com o retorno presencial, especialmente devido aos impactos relacionados à pandemia (de

²⁷ Cada frase entre aspas corresponde a uma resposta, de cada Coordenação.

adoecimentos de várias ordens) até as fragilidades decorrentes do Ensino Remoto Emergencial, tais como: deficiências formativas anteriores e também reforçadas com o Ensino Remoto Emergencial; cansaço de docentes e discentes; desmotivação; desejo – por parte de discentes e docentes - de transferir atividades para o formato remoto; dificuldades para realização de leituras, frequência e entrega de trabalhos; dificuldades relacionadas à permanência estudantil.

BLOCO 3: respondentes apresentaram maior preocupação e dificuldades no retorno presencial (09 respondentes)²⁸.

“Com muitas dificuldades pelo ensino remoto e pelas deficiências formativas que ficaram por essa modalidade de ensino”.

“Dificuldade dos alunos em conciliar a carga de leituras e trabalhos de avaliação e atividades programadas. Maior cansaço de professores e alunos em aulas extensas”.

“Cenário de muita desmotivação no pós-pandemia”.

“Observamos uma certa dificuldade principalmente com a turma de 2022. Um recomeço às atividades presenciais e coletivas”.

“Com dificuldades, porque tanto os docentes quanto os estudantes sempre que possível desejam transferir as aulas para o modo remoto”.

“As disciplinas vêm se desenvolvendo de forma presencial com as dificuldades já presentes antes da pandemia em relação ao compromisso/possibilidade de os estudantes lerem todos os materiais indicados”.

“Logo que houve o retorno presencial, as pessoas se demonstravam meio perdidas, mais isso se resolveu em pouco tempo. No entanto, o corpo docente do Programa tem observado um certo desânimo das/dos pós-graduandos no que tange ao debate em sala e à leitura de textos”.

“Com dificuldades. Observam-se várias frentes de impactos ocasionados pela pandemia”.

“Há dificuldades relacionadas à frequência e entrega dos trabalhos. E, ainda, à permanência discente, visto que tivemos um corte expressivo de bolsas [desde 2019]”.

SOBRE OS NÚCLEOS DE PESQUISA E EXTENSÃO

No que se refere aos Núcleos de Pesquisa e Extensão, a primeira questão refere-se ao aspecto quantitativo²⁹, quando foi solicitado à Coordenação marcar (com a possibilidade de

²⁸ Cada frase entre aspas corresponde a uma resposta, de cada Coordenação.

²⁹ Questão 26: “Com a melhora das condições sanitárias, a partir de 2022, os Núcleos de Pesquisa e Extensão vêm sendo desenvolvidos na modalidade: [...]”

escolha das três opções)³⁰ qual o formato de funcionamento dos Núcleos de Pesquisa e Extensão vinculados aos Programas. O gráfico 2 ilustra, pois, que os Núcleos vêm adotando *pari passu* o formato de funcionamento presencial e híbrido e, com menor frequência, o formato remoto:

Gráfico 2 – Formato de funcionamento dos Núcleos de Pesquisa e Extensão



Fonte: Elaboração própria (2024).

A questão seguinte³¹ apresenta a avaliação da Coordenação de Pós-Graduação sobre o funcionamento dos Núcleos de Pesquisa e Extensão no pós-pandemia. As respostas foram agrupadas em quatro blocos e respondidas de forma dissertativa.

No bloco 1, as Coordenações indicaram apenas a retomada dos Núcleos, sem explicitar se os mesmos estão com atividades presenciais, remotas e/ou híbridas (13 respondentes):

BLOCO 1: retomada dos Núcleos, sem indicar se Núcleos estão com atividades presenciais, remotas e/ou híbridas (13 respondentes)³².

“Bem, dentro do esperado”.

³⁰ As Coordenações puderam marcar mais de uma opção. Portanto, não cabe realizar a soma, visto que foram permitidas mais de uma resposta por Programa.

³¹ Questão 27: “Enquanto Coordenador/a de Pós-Graduação, como você avalia o desenvolvimento dos Núcleos de Pesquisa e Extensão no pós-pandemia?”

³² Cada frase entre aspas corresponde a uma resposta, de cada Coordenação.

“Satisfatório. Contudo, como assumi a coordenação em julho de 2022, há elementos que ainda precisam de avaliação mais profunda”.

“As atividades voltaram à normalidade”.

“Funcionam sem problemas”.

“No caso do nosso PPG houve uma maior potencialização das atividades”.

“Cada docente constrói seu próprio processo de condução. Em linhas gerais observo que tudo caminha bem”.

“Retornaram à normalidade”.

“Avalio de forma positiva! Os núcleos estão ativos com pesquisas de relevância social e com muitas proposituras e resultados de impacto científico”.

“Estão gradativamente voltando à normalidade”.

“Avaliação positiva quanto à ampliação, participação e envolvimento de discentes; ações combinadas de ensino, pesquisa e extensão; ampliação de trabalhos publicados em eventos científicos e outros espaços”.

“Os Grupos de Estudo e Pesquisa coordenados por docentes do Programa foram muito prejudicados pela pandemia. Atualmente estão sendo gradativamente reorganizados”.

“Processo de retomada das atividades dos núcleos de pesquisa”.

“As atividades dos Grupos/Núcleos estão acontecendo de forma regular, na maioria, estão se construindo como [grupo de] estudos. Ainda é necessário avançarmos no âmbito da construção da pesquisa. Retomada significativa”.

Já no bloco 2, foram agrupadas as respostas que explicitaram que, no pós-pandemia, o formato remoto e/ou híbrido passou a fazer parte da dinâmica dos Núcleos, junto com as atividades presenciais.

BLOCO 2: formato remoto e/ou híbrido passou a fazer parte da dinâmica dos Núcleos, junto com atividades presenciais (12 respondentes)³³.

“Se por um lado, a modalidade híbrida tenha propiciado o fortalecimento da participação de egressas/egressos nos Núcleos e Grupos de Pesquisa (tendo em vista que muitos são do interior e de outros estados), por outro lado, a interação presencial é insubstituível. Ainda que as condições que se impõem atualmente têm nos levado, cada vez mais, para o formato remoto/híbrido, é preciso resgatar a importância e a contribuição da participação presencial nessas atividades”.

“O envolvimento discente e dos professores manteve continuidade, embora para alguns colegas os períodos remotos dificultaram a retomada da presencialidade”.

“Muito bom. Voltamos aos eventos presenciais, mantendo também atividades remotas”.

³³ Cada frase entre aspas corresponde a uma resposta, de cada Coordenação.

“Com a possibilidade de momentos híbridos ou remotos (como reuniões dos núcleos) tem melhorado a oferta de participação de palestrantes convidados em determinadas atividades, assim como participação de pessoas de diversas localidades possibilitando inclusive parcerias entre universidades. Informo também que as atividades de extensão e pesquisa *in loco* também acontecem com mais dificuldade, mas acontecem devido à falta de recursos da própria universidade: financeiros, transporte para executar ações de extensão nas comunidades e até mesmo desenvolver pesquisa”.

“Os grupos de pesquisas estão trabalhando de forma remota. Esta modalidade permite maior participação dos pesquisadores, pois são de origem de diversas cidades do estado e de outros estados. Os projetos de extensão estão sendo desenvolvidos na modalidade presencial, pois atuam diretamente na comunidade”.

“Como temos dificuldades quanto a espaço físico, algumas atividades têm se mantido de modo misto, até porque há pessoas fora da sede (interior do estado, outros estados e países). Os grupos têm realizado os encontros”.

“As atividades foram retomadas e algumas ações passaram a ser híbridas, o que permitiu a participação de interessados, pesquisadores, docentes e discentes de outras UFs”.

“Ruim, porque as atividades de pesquisa em modelo híbrido tendem a esvaziar os espaços da Unidade”.

“Os Núcleos de Pesquisa retornaram suas atividades acolhendo a experiência da pandemia: fazem reuniões, preferencialmente, presenciais e possibilitam a participação de todos os membros recorrendo à forma híbrida. Já os Grupos de Extensão retornaram às atividades de campo com dinamicidade, desenvolvendo bem os projetos”.

“Nossos Núcleos mantiveram-se ativos durante a pandemia de modo remoto e foram retomados no pós-pandemia na modalidade híbrida com muito entusiasmo dos participantes. É um espaço pedagógico considerado essencial. Nossos grupos sempre fizeram reuniões híbridas para viabilizar a participação de pesquisadores de outros estados e outros países”.

“Os Núcleos estão ativos, desenvolvendo atividades de pesquisa e extensão, tanto de forma presencial quanto remota”.

“Os Núcleos seguem seu fluxo normal, com encontros de forma presencial e também híbrida, tendo em vista que fazem parte do grupo pesquisadores que residem fora do país e do Estado”.

No bloco 3, as Coordenações indicaram a reorganização gradativa dos Núcleos, explicitando o formato/retorno presencial.

BLOCO 3: reorganização gradativa e retorno presencial (4 respondentes)³⁴.

“Avalio que tem sido um bom desenvolvimento no retorno à modalidade presencial”.

“Os núcleos estão retomando as atividades presenciais”.

³⁴ Cada frase entre aspas corresponde a uma resposta, de cada Coordenação.

“[...] no período da pandemia, os Núcleos de Pesquisa e Extensão trabalharam bastante com projetos vinculados à conjuntura de crise sanitária de forma remota. Com a retomada das atividades presenciais, os Núcleos retomaram suas atividades com regularidade de forma presencial”.

“No pós-pandemia, os Núcleos de Pesquisa e Extensão voltaram a funcionar presencialmente de forma gradual”.

Por fim, no bloco 4, foram apontadas dificuldades para retomada dos Núcleos, considerando que:

BLOCO 4: dificuldades para retomada dos Núcleos (2 respondentes)³⁵:

“Percebe-se dificuldades de deslocamento, baixo poder de investimento em educação e adoecimento mais frequente”.

“As dificuldades estão em torno das exigências na liberação do trabalho, sobrando pouco tempo para essa participação”.

Uma única resposta (bloco 5) indicou insatisfação, sem maior detalhamento, com a seguinte expressão:

BLOCO 5: insatisfação, sem maior detalhamento (1 respondente)³⁶:

“Poderia ser melhor”.

SOBRE AS BANCAS

No que se refere ao funcionamento das bancas de defesa e qualificação de Mestrado e/ou Doutorado, foi questionado se, com a melhora das condições sanitárias, a partir de 2022, essas bancas vêm ocorrendo de forma remota, presencial e/ou híbrida³⁷.

As Coordenações puderam indicar as 3 (três) formas de realização, sendo as bancas híbridas as que apareceram com maior frequência, mas, também, as bancas remotas e presenciais³⁸, conforme apresenta o gráfico (3) a seguir:

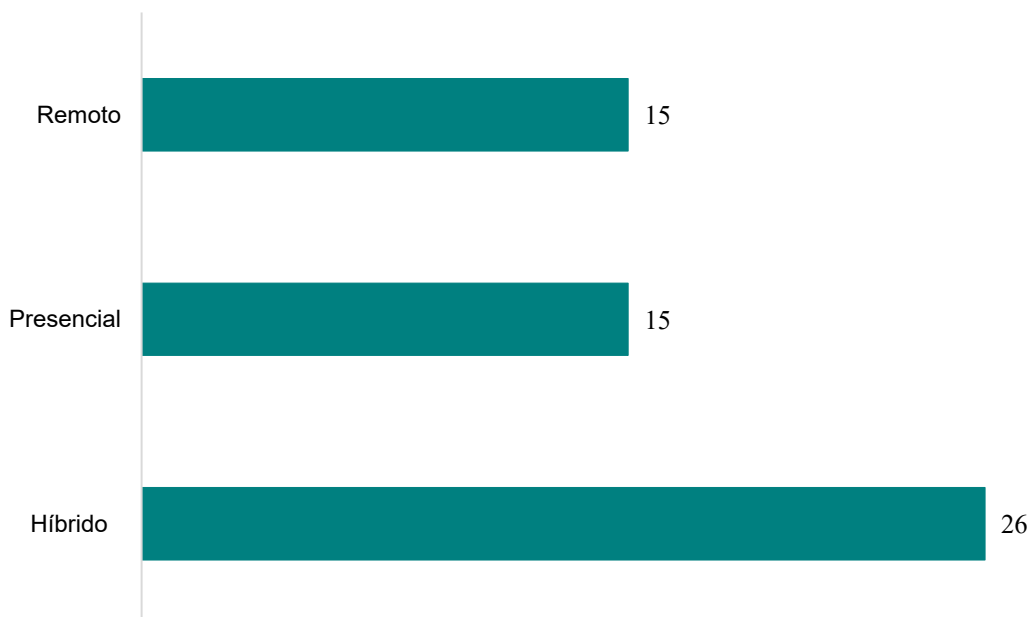
³⁵ Cada frase entre aspas corresponde a uma resposta, de cada Coordenação.

³⁶ Cada frase entre aspas corresponde a uma resposta, de cada Coordenação.

³⁷ Questão 28: “Com a melhora das condições sanitárias, a partir de 2022, as bancas de qualificação e defesa de Mestrado e/ou Tese de Doutorado vêm ocorrendo de forma [...]”.

³⁸ As Coordenações puderam marcar mais de uma opção. Portanto, não cabe realizar a soma, visto que foram permitidas mais de uma resposta por Programa.

Gráfico 3 – Formato de realização das Bancas de Defesa e Qualificação



Fonte: Elaboração própria (2024).

Na questão 29³⁹ foi solicitado que cada Coordenação de Pós-Graduação avaliasse a realização de bancas de Mestrado e Doutorado no pós-pandemia. As respostas – todas dissertativas – indicaram o uso frequente do formato remoto e/ou híbrido.

No bloco 1, foram agrupadas as respostas que indicaram o uso frequente do formato remoto e/ou híbrido para bancas. As Coordenações informaram várias motivações para a realização de bancas remotas: redução de custos; possibilidade de participação de membros especialistas de outros estados e/ou países com maior qualificação dos debates; potencialização da agenda de trabalho docente; maior participação do público:

BLOCO 1: formato híbrido e/ou remoto (24 respondentes)⁴⁰:

“A realização de bancas de Mestrado no formato híbrido tem sido constante, principalmente, diante dos poucos recursos destinados aos Programas de Pós-Graduação [...], bem como dos valores elevados das passagens aéreas, que inviabilizam a participação presencial de membros externos de outros estados/regiões”.

³⁹ Questão 29: “Enquanto Coordenador/a de Pós-Graduação, como você avalia a realização das bancas de Mestrado/Doutorado no pós-pandemia?”

⁴⁰ Cada frase entre aspas corresponde a uma resposta, de cada Coordenação.

“Com a pandemia houve a tendência das bancas serem remotas ou híbridas, decorrente das dificuldades financeiras para arcar com a vinda dos membros da banca. Mas o diálogo e as parcerias têm fluído bem”.

“Após a pandemia o formato presencial foi retomado, mas o formato híbrido/remoto para realização das bancas vem sendo mais adotado, o que tem tornado viável a participação de membros externos residentes fora do município, inclusive na qualificação. Essas participações estavam impossibilitadas, mesmo antes da pandemia, por falta de recursos institucionais e do Programa. Por isso, avalio positivamente o modo híbrido/remoto para realização das bancas, por favorecerem a participação de docentes especialistas, não limitada ao município, o que enriquece o debate e contribui para elevar a qualidade da pesquisa realizada no Programa. Entretanto, é necessário atender aos critérios estabelecidos pelo Programa”.

“As bancas têm se desenvolvido de forma satisfatória. Em algumas situações os professores externos ficam on-line e mestranda(o) e doutoranda(o), bem como, professoras(es) internos, presencialmente, portanto, bancas híbridas”.

“Pela dificuldade de recursos financeiros tem havido predominância de banca com membro externo participando de modo *on line*”.

“Considero um ganho importante para qualificação dos trabalhos, uma vez que ampliou o leque de convidados de várias regiões do país”.

“A modalidade híbrida nos permite ampliar a participação de professores fora do estado e do país, portanto avalio como positiva”.

“No pós-pandemia a tendência é manter as bancas remotas, híbridas, pois não há recursos para que sejam realizadas de forma 100% presencial, pelo menos de forma híbrida (participação do membro externo) é garantida”.

“Continuaram a ser realizadas de forma híbrida”.

“Avalio que a forma híbrida contribui para facilitar a participação de docentes de diversas universidades. Considerando que docentes da instituição, o discente e orientador/a, participam presencialmente”.

“Majoritariamente, as bancas têm ocorrido de modo remoto. Antes da pandemia, era algo raro, mas, desde então, tornou-se a prática mais comum, de modo a contar com avaliadores externos, de outras universidades brasileiras. É claro que não podemos ter ingenuidade a esse respeito. Com os poucos recursos, a modalidade remota se tornou uma alternativa para contar com pesquisadores de outros estados, o que qualifica o nível das sessões de qualificação e defesa, com o benefício de dispensar gastos com transporte e hospedagem. Acho muito difícil a retomada desse tipo de gasto”.

“Avalio que dada a falta de recursos há uma impossibilidade de fazermos bancas totalmente presenciais”.

“Temos tido as três modalidades: 100% remota, 100% presencial ou híbrida (essa mais incomum). As bancas remotas ou híbridas permitem a participação de avaliadores de outras UF's, mesmo sem recursos”.

“Na verdade, essa situação já vinha ocorrendo devido aos poucos recursos, principalmente para garantir presencialmente os examinadores externos. A pandemia ampliou um processo que estava em andamento”.

“Também acho ruim, porque mesmo havendo recursos financeiros para a compra de diárias e passagens, os docentes e discentes preferem acionar o modo remoto, que para bancas é permitido pela [instituição]”.

“As bancas vêm ocorrendo normalmente, mas acontecendo nas três modalidades (presencial, remota e híbrida). Os examinadores externos têm ‘preferido’ participar de forma remota como forma de potencializar a agenda de trabalho”.

“As bancas de qualificação e defesa, mestrado e doutorado, continuaram adotando a forma remota, usando a plataforma *Meet Google* ou a *Microsoft Teams*. Assim, registra-se maior número de examinadores externos à Universidade, ampliando-se o debate e a apreciação das pesquisas realizadas no âmbito do PPG”.

“A maioria das bancas ocorre de forma remota ou híbrida. Infelizmente, antes mesmo da pandemia a defesa híbrida no Programa já era uma realidade, por conta de docentes convidados fora da [instituição]. Agora, pós-pandemia se intensificou essa demanda”.

“O corpo docente do PPG decidiu por permitir a continuidade da realização de bancas híbridas e remotas, considerando a contingência de recursos para o financiamento de docentes para bancas presenciais. Neste sentido, estamos desenvolvendo bancas nas três modalidades, indo de acordo com a decisão das/dos docentes e orientandas/os, desde que não haja custos financeiros para o Programa”.

“Com o formato híbrido possibilitou a participação de docentes colaboradores da Espanha, Portugal, Inglaterra, etc”.

“Algumas bancas ocorrem de forma remota (quando temos participantes de fora [da cidade]) e, outras, presencialmente. Nas bancas remotas percebemos maior participação do público, visto a facilidade proporcionada pelo acesso virtual e as dificuldades relacionadas à mobilidade urbana, como custo do transporte e violência”.

“As bancas já vinham ocorrendo de forma híbrida antes da pandemia devido à falta de recursos pra viagens de membros externos. Portanto, creio que já é um caminho sem volta. Funciona dentro do esperado e cumpre a função de titular o pós-graduando”.

“Apesar da Universidade não possuir ainda equipamentos suficientes para o PPG realizar com qualidade a realização das bancas de forma híbrida, as mesmas vêm sendo realizadas compondo uma equipe e um universo de pesquisadores para avaliação de muito boa qualidade e diversificado, abrangendo todo o Brasil”.

“As bancas presenciais foram sendo retomadas gradualmente. Considerando o formato híbrido na composição das bancas, houve por parte da Universidade uma expressiva racionalização de recursos para a participação de membros examinadores de outros estados. Foi possível perceber certa agilidade para a formação de bancas devido ao formato híbrido em alguns casos”.

No bloco 2, as respostas agrupadas indicaram o uso preferencial do formato presencial e, quando há situações em que membros da banca estão fora da cidade, as bancas são realizadas no formato remoto e/ou híbrido:

Por fim, no bloco 3, as Coordenações não explicitaram o formato de realização das bancas:

BLOCO 3: não explicitaram como as bancas vêm sendo realizadas (3 respondentes)⁴¹:

“Muito bom”.

“Mantiveram a qualidade e diversidade institucional, havendo acesso de pesquisadores externos à região metropolitana e ao estado”.

“Com grande atraso nas defesas, em função de prejuízos nas pesquisas e produções durante a pandemia”.

SOBRE REUNIÕES COLEGIADAS E DE COMISSÕES

Outro questionamento apresentado refere-se à realização de reuniões de Colegiados e Comissões no período de melhora das condições sanitárias a partir de 2022⁴². Dentre as respostas, as mesmas equilibraram-se entre reuniões presenciais, remotas e híbridas⁴³, conforme demonstrado no gráfico 4:

Gráfico 4 – Formato de realização das Reuniões Colegiadas e de Comissões



Fonte: Elaboração própria (2024).

⁴¹ Cada frase entre aspas corresponde a uma resposta, de cada Coordenação.

⁴² Questão 30: “[...] com a melhora das condições sanitárias, a partir de 2022, as reuniões de Colegiado e Comissões vêm ocorrendo de forma [...]”.

⁴³ As Coordenações puderam marcar mais de uma opção. Portanto, não cabe realizar a soma, visto que foram permitidas mais de uma resposta por Programa.

Em seguida, ao serem questionadas sobre como avaliam a realização de reuniões (Colegiados, Comissões, dentre outras) no pós-pandemia⁴⁴, a maioria (bloco 1) das Coordenações indicou a permanência das reuniões de forma remota e/ou híbrida, especialmente quando há membros de outras cidades e/ou instituições. A avaliação das reuniões foi majoritariamente positiva, indicando maior participação dos membros do Colegiado; uso das reuniões remotas em situações de urgência; maior agilidade; otimização do tempo; dentre outras (questão 31):

BLOCO 1: reuniões remotas e/ou híbridas, preferencialmente (11 respondentes)⁴⁵:

“Mesmo de forma remota, temos atuado com efetividade e assertividade”.

“As reuniões são presenciais, mas, como temos docentes de outras instituições, eles participam de forma remota, o que tem sido positivo”.

“Positivo, permitindo envolver todos do colegiado, sobretudo aqueles que estejam por motivos acadêmicos fora da IES no dia da reunião”.

“Muito boas, porque permite a participação ampliada de docentes e discentes”.

“Temos vários professores do interior, o que definiu que as reuniões sejam remotas”.

“Avalio que a forma remota é predominante pela facilidade de reunir membros e, por isso, os mesmos solicitam para que permaneça remoto”.

“A decisão pela modalidade remota foi votada em colegiado. Eu, como coordenadora, preferiria as reuniões presenciais, mas surgiram argumentos na reunião: 1) Temos 4 professoras que moram fora da sede; 2) Alguns discentes estão no interior do estado; 3) Os debates não deixaram de ocorrer; 4) Se houver necessidade, a realização de reunião híbrida não está proibida (híbrida em função das professoras fora da sede)”.

“As reuniões do Colegiado e Comissões continuaram utilizando as plataformas; acumulando a experiência de reuniões híbridas. Tem resultado em uma maior participação de docentes e discentes nas decisões e encaminhamentos do PPGSS”.

“Até o momento as reuniões têm sido de forma remota - definida no Colegiado do Programa, mas a ideia é que o Programa tenha no mínimo 2 reuniões presenciais por semestre, no ano 4 reuniões”.

“Optamos, enquanto Colegiado, manter as reuniões de forma remota, para facilitar a participação de docentes, mas especialmente de discentes. Perdemos 5 bolsas de 2019 para cá e, com isso, muitos discentes precisaram manter o Mestrado concomitante a vínculos trabalhistas. Desse modo, para que possam participar das reuniões, mantivemos os Colegiados de forma remota. Outra característica do corpo discente é que a maioria não mora [na cidade], mas em municípios vizinhos”.

“O formato remoto tem possibilitado a participação e quórum de membros colegiado”.

⁴⁴ Questão 31: “Enquanto Coordenador/a de Pós-Graduação, como você avalia a realização das reuniões (Colegiados, Comissões, etc) no pós-pandemia?”

⁴⁵ Cada frase entre aspas corresponde a uma resposta, de cada Coordenação.

No bloco 2, as Coordenações não explicitaram o formato das reuniões em seus comentários, mas se manifestaram quanto à qualidade da participação:

BLOCO 2: não houve explicitação quanto ao formato (8 respondentes)⁴⁶:

“Satisfatória. Contudo, como assumi a coordenação em julho de 2022, há elementos que ainda precisam de avaliação mais profunda”.

“Considero boa, uma vez que a continuidade das reuniões e os temas abordados não perderam foco”.

“Têm sido positivas, garantindo a participação de todos”.

“Infelizmente têm sido menos participativas”.

“Houve uma perda de qualidade nas reuniões, referente à participação e aos debates”.

“Segue o fluxo normal, os problemas que temos remontam à conjuntura antes da pandemia”.

“Avalio que têm sido adequadas, penso que os limites são impostos muito mais pelo sobretrabalho, do que em razão da modalidade como vem sendo realizadas”.

“Estamos tendo aderência aos chamados e avalio de forma positiva”.

No bloco 3, foram agrupadas as respostas que indicaram somente a realização de reuniões presenciais:

BLOCO 3: reuniões presenciais (7 respondentes)⁴⁷.

“De forma satisfatória, presencialmente”.

“Vêm correndo de forma presencial, normalmente”.

“As realizações de reunião no pós-pandemia vêm ocorrendo de forma presencial e vem sendo mantida a qualidade das discussões e deliberações”.

“As reuniões do colegiado vêm ocorrendo presencialmente mensalmente com a presença dos professores e representação estudantil. Às vezes com dificuldade de 100% de presença dos professores. As reuniões da Comissão [...] são realizadas mensalmente com a presença de 100% dos professores e representação dos estudantes”.

“Retornamos ao presencial agora em setembro. As reuniões presenciais são mais produtivas e cordiais”.

⁴⁶ Cada frase entre aspas corresponde a uma resposta, de cada Coordenação.

⁴⁷ Cada frase entre aspas corresponde a uma resposta, de cada Coordenação.

“Temos feito um esforço para as reuniões do colegiado e comissões serem realizadas presencialmente”.

“O grande desafio é a permanência do presencial; se levar para votação, corremos o risco de votarem pelo modo remoto”.

Por fim, no bloco 4, houve a indicação de reuniões presenciais, de forma prioritária, com a possibilidade de reuniões remotas (em situações de urgência e quando há problemas de quórum).

BLOCO 4: prioridade para reuniões presenciais, conjugando com reuniões remotas (6 respondentes)⁴⁸.

“Prioritariamente, são realizadas no formato presencial. No entanto, quando existe uma demanda urgente, utilizamos as tecnologias da informação e da comunicação para deliberar o posicionamento do Colegiado dentro do prazo estipulado pelas instâncias superiores e externas à Universidade”.

“O Programa retomou as reuniões presenciais do Colegiado, contudo, o formato remoto tem sido utilizado em algumas circunstâncias visando favorecer a participação do maior número de membros, impedidos circunstancialmente de comparecerem presencialmente”.

“Todas as reuniões ordinárias são realizadas de modo presencial. Apenas as extraordinárias são feitas de modo remoto. A preferência é pelo presencial”.

“Decidimos pelo retorno na modalidade presencial, mas eventualmente as reuniões acontecem de forma remota. Porém, como a pergunta se dirige a mim, como coordenadora, sou favorável a reuniões remotas, por considerar que também auxiliam na qualidade de vida docente, tempo de locomoção, conforto, entre outros elementos. Também observo que são reuniões mais ágeis e rápidas, permitindo otimização do tempo das/dos docentes. No entanto, não decido isso sozinha, irei pautar reavaliação do coletivo e seguir a decisão da maioria”.

“Têm se desenvolvido predominantemente na modalidade presencial. Contudo, quando desenvolvidas de forma remota ou híbrida, isso não tem prejudicado a qualidade das reuniões. Ao contrário, tem contribuído para possibilitar maior quantidade de participantes”.

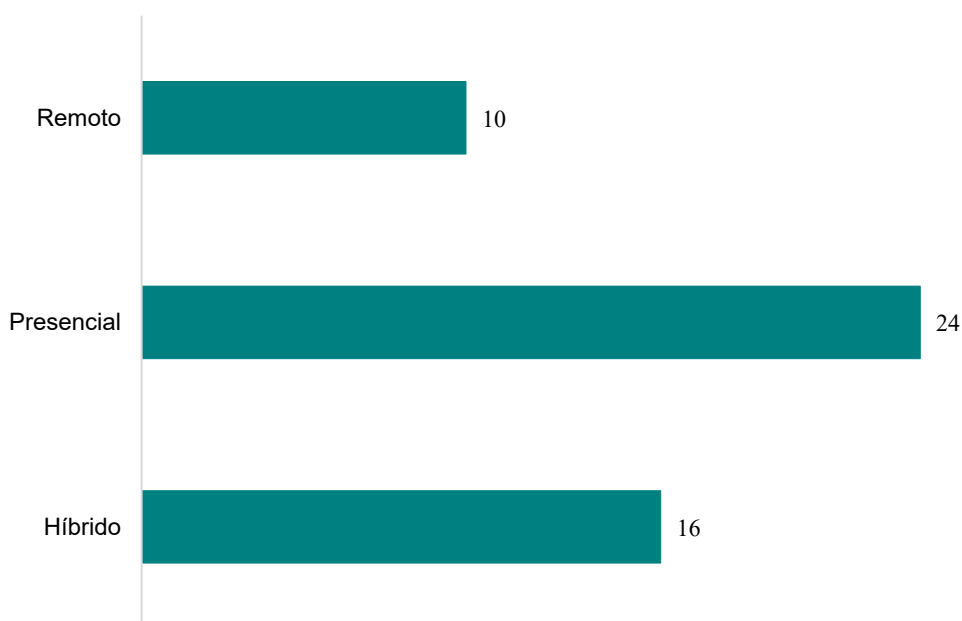
“Dificuldades de quórum nas reuniões e comissões presenciais. Nas remotas [há] maior disponibilidade de participação”.

⁴⁸ Cada frase entre aspas corresponde a uma resposta, de cada Coordenação.

SOBRE OS EVENTOS ACADÊMICOS

Outro item abordado refere-se aos eventos acadêmicos⁴⁹, que, no pós-pandemia, permaneceram, de forma majoritária, ofertados de forma remota e/ou híbrida, mas, também, no formato estritamente presencial, como ilustrado no gráfico 5⁵⁰:

Gráfico 5 – Formato de realização de eventos acadêmicos



Fonte: Elaboração própria (2024).

Às Coordenações foi questionado como avaliam a realização dos eventos no pós-pandemia⁵¹. As respostas dissertativas foram agrupadas em três blocos. No bloco 1 (presencial, híbrido e/ou remoto), as Coordenações indicaram que os Programas têm realizado atividades nos três formatos e que, quando os eventos ocorrem de forma remota e/ou híbrida, há a redução de custos e a ampliação do público (11 respondentes):

⁴⁹ Questão 32: “com a melhora das condições sanitárias, a partir de 2022, os eventos acadêmicos (palestras, congressos, seminários, dentre outros) realizados no programa vêm ocorrendo de forma [...]”.

⁵⁰ As Coordenações puderam marcar mais de uma opção. Portanto, não cabe realizar a soma, visto que foram permitidas mais de uma resposta por Programa.

⁵¹ Questão 33: “Enquanto Coordenador/a de Pós-Graduação, como você avalia a realização dos eventos acadêmicos no pós-pandemia?”

BLOCO 1: presencial, híbrido e/ou remoto (11 respostas)⁵².

“Em virtude das dificuldades orçamentárias e o elevado custo das passagens aéreas, os eventos acadêmicos com participação externa têm sido realizados no formato híbrido. No entanto, em 2023, foram reservados, no planejamento estratégico, recursos destinados para a realização de algumas atividades presenciais”.

“Os eventos são presenciais (os participantes em um auditório), com alguns palestrantes participando remotamente. Tem sido uma boa opção, principalmente quando os palestrantes são de outro país”.

“Da mesma forma que as demais atividades, os eventos com participação de conferencistas externos têm sido realizados de forma remota híbrida. Ou mesmo com o conferencista presente no evento, a atividade é transmitida por meio das redes sociais, atingindo um número significativamente maior de participantes. Avalio positivamente, sobretudo, o formato híbrido para realização de eventos”.

“Muito bom. A modalidade híbrida possibilita maior participação”.

“De forma positiva, as possibilidades de forma híbrida e/ou remota têm possibilitado a participação de convidados externos, de outras universidades, cidades e têm colaborado para construção do conhecimento da comunidade acadêmica como um todo, principalmente quando o PPG não possui recurso financeiro suficiente para realização desses eventos presencialmente”.

“O remoto facilita a participação de maior número de pessoas, mas ao mesmo tempo, considero que os eventos deveriam ser na modalidade presencial, pois o participante garante maior envolvimento na programação científica e cultural”.

“Temos tido as três modalidades: 100% remota, 100% presencial ou híbrida. Os eventos remotos ou híbridos permitem a participação de palestrantes e ouvintes de outras UFs, mesmo sem recursos”.

“Os eventos [...] vêm acontecendo nas três modalidades conforme o caso (presencial, remota e híbrida), o que observo é uma redução de público participante”.

“Avalio que os eventos presenciais têm se mostrado mais esvaziados, considero que a pandemia deixou algumas marcas que não se alteraram rapidamente. O corpo docente do Programa tem realizado eventos nas três modalidades, porém o Congresso Internacional [...], que realizamos bianualmente, teve a edição de 2022 totalmente online, mas a edição que acontecerá em 2024 será totalmente presencial e, se necessário, algumas conferências híbridas, com palestrantes de fora do país”.

“O Programa, por meio dos seus Núcleos, desenvolve diversas atividades, presenciais e remotas, com resultados satisfatórios. Cabe destacar que evitamos atividades híbridas, porque a internet no campus é muito falha”.

“Baixa participação presencial e remota”.

No bloco seguinte (bloco 2), sete respondentes afirmaram que os eventos têm sido realizados somente no formato presencial e os avaliaram, majoritariamente, de forma

⁵² Cada frase entre aspas corresponde a uma resposta, de cada Coordenação.

satisfatória, reiterando a necessidade de realização dos mesmos nesse formato. Quatro respondentes indicaram o esvaziamento dos eventos presenciais e as dificuldades relacionadas a recursos:

BLOCO 2: eventos somente presenciais (11 respostas)⁵³.

“Os eventos têm tido boa participação. Os eventos presenciais sempre têm recebido questionamento dos/as participantes sobre transmissão *on line*”.

“Importante que os eventos sejam realizados de forma presencial”.

“Há uma tentativa de se retomar os eventos de modo presencial e assim ocupamos novamente os espaços da UFRJ”.

“Avalio de forma positiva a realização de eventos acadêmicos no pós-pandemia, pois está sendo realizada de forma presencial toda a programação deliberada pelo colegiado, além do apoio e participação em outros eventos, promovidos por núcleos de pesquisa, organizações, ou coletivos externos ao Programa”.

“Avalio como muito importante esse espaço presencial para viabilizar encontros, articulações, contatos para efetivação de parcerias”.

“Eventos têm ocorridos todos presenciais com elevados número de participantes. Nossa avaliação é que as pessoas estavam ávidas pela convivência e aprendizados coletivos. Observamos isso inclusive na Oficina Regional da ABEPSS [...]”.

“Retornaram à normalidade, inclusive, a última edição [do nosso evento] [presencial] foi considerada por muitos a melhor edição”.

“Temos realizado eventos majoritariamente na modalidade presencial. É inegável que houve uma redução no índice de participação. A pandemia ‘explicitou’ a possibilidade das atividades remotas e isso não foi rompido com a retomada da presencialidade”.

“Dada a escassez de recursos, não temos feito muitos eventos”.

“Vêm ocorrendo com dificuldades na modalidade presencial. Vejo como essencial mantermos a modalidade presencial”.

“Estão mais reduzidos presencialmente”.

Por fim, no bloco 3, as Coordenações não avaliaram a realização dos eventos relacionando-os com o formato (presencial, híbrido e/ou remoto). Algumas indicaram o esvaziamento dos eventos, dificuldade de retomada no pós-pandemia, enquanto outras avaliaram a realização dos eventos de forma satisfatória (10 respondentes):

⁵³ Cada frase entre aspas corresponde a uma resposta, de cada Coordenação.

BLOCO 3: respondentes não especificaram o formato (10 respostas)⁵⁴.

“Normal”.

“Avalio que tem ocorrido de forma satisfatória”.

“Positivo”.

“Ocorrem normalmente”.

“Muito positiva. Os encontros coletivos estão tendo uma participação significativa de professores e estudantes”.

“Maior participação de comunidades acadêmica e externa. Envolvimento de discentes”.

“Mais esvaziados”.

“Bastante difícil a retomada em eventos, uma vez que a pandemia talvez tenha dinamizado outras formas de participação. Por outro lado, também ampliou o alcance das atividades do curso para outras regiões”.

“Durante os dois anos de pós-pandemia verificou-se a realização de diversos eventos propostos pelos grupos de pesquisa e pela coordenação geral do PPGSS, o que revela um excelente desempenho neste aspecto acadêmico”.

“Estamos ainda caminhando para fortalecer a participação pelo encontros e trocas de conhecimento, o distanciamento ainda tem afetado as relações”.

SOBRE AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

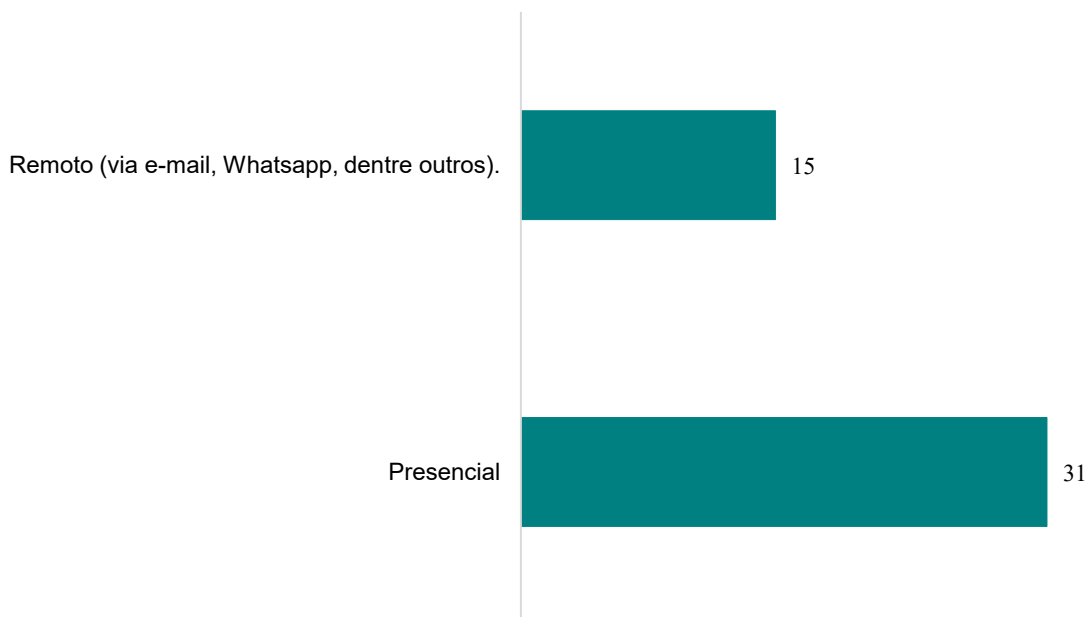
Sobre as atividades administrativas, a maior parte⁵⁵ indicou atividades realizadas de forma presencial⁵⁶ (gráfico 6):

⁵⁴ Cada frase entre aspas corresponde a uma resposta, de cada Coordenação.

⁵⁵ As Coordenações puderam marcar mais de uma opção. Portanto, não cabe realizar a soma, visto que foram permitidas mais de uma resposta por Programa.

⁵⁶ Questão 34: “Com a melhora das condições sanitárias, a partir de 2022, as atividades administrativas (atendimento ao público; secretaria; etc) vêm ocorrendo de forma [...]”.

Gráfico 6 – Formato de realização das Atividades Administrativas



Fonte: Elaboração própria (2024).

Quando questionados em relação à qualidade das atividades administrativas no pós-pandemia, obtivemos as seguintes respostas, abaixo comentadas⁵⁷.

No bloco 1, as respostas – dissertativas - indicaram que a maioria não relacionou a sua avaliação ao andamento das atividades administrativas com o formato como são realizadas (remota e/ou presencial), mas indicou uma avaliação positiva e/ou de “normalidade” em relação às atividades administrativas:

BLOCO 1: não especificou (11 respostas)⁵⁸.

“Considero muito boa, uma vez que a permanência das atividades e retornos por parte administrativa sempre foi muito ágil e organizada”.

“Todas de forma satisfatória”.

“Positivo”.

“Houve melhoria”.

⁵⁷ Questão 35: “Enquanto Coordenador/a de Pós-Graduação, como você avalia a realização das atividades administrativas no pós-pandemia?” Conforme será possível observar, contabilizamos somente 31 (trinta e uma) respostas, pois uma resposta ficou incompleta.

⁵⁸ Cada frase entre aspas corresponde a uma resposta, de cada Coordenação.

“Avalio como adequadas”.

“O atendimento é constante, mas a comunicação é mais mecânica e funcional”.

“Percebi que no início apresentava dificuldades do público entender os procedimentos, mas no momento já voltou ao normal”.

“Transcorrendo normalmente”.

“Sem alterações”.

“Normal”.

“Com certa dificuldade das comissões se encontrarem presencialmente para discussões e encaminhamentos, as atividades têm se centrado muito na coordenação”.

Já o bloco 2 contou com 9 (nove) respostas, com a predominância do atendimento presencial, acompanhado da contribuição de atividades realizadas de forma remota, que agilizam os atendimentos:

BLOCO 2: atividades de forma presencial (predominante), mescladas outras ações (atendimento a público) realizadas de forma remota (9 respostas)⁵⁹.

“Todas as atividades desenvolvidas pela Secretaria e Pedagoga do Programa, são realizadas no formato presencial, mas também têm sido ampliadas outras formas de comunicação com discentes, egressas/egressos e público externo, como e-mail e WhatsApp”.

“A secretaria do Programa atende todos os dias da semana presencialmente, mas também atende discentes e docentes por Whatsapp e e-mail. Avalio positivamente, pois há estudantes de outros municípios e estados que necessitam de atendimentos remotos. Há demandas da secretaria dirigidas aos/as docentes e vice-versa que são enviadas pelos dois canais mencionados, o que facilita e agiliza o fluxo de trabalho dos dois segmentos”.

“As atividades retornaram presencialmente desde o início de 2022, contudo há, como já existia ainda do contexto pandêmico, atendimento via e-mail, whatsapp”.

“Muito bom, tanto de forma presencial como remota”.

“Avalio de forma negativa, porque pela possibilidade de atendimentos via whatsapp passou-se a ter mais sobrecarga de trabalho, pois geralmente se chegam demandas, mensagens com necessidade de respostas imediatas e sem tempo, horários definidos, exigindo respostas com urgência por parte da coordenação”.

“Embora a secretaria tenha voltado à presencialidade, o corpo docente e discente vai pouquíssimo à secretaria. E-mail e WhatsApp são as principais formas de contato com a gestão e a secretaria”.

⁵⁹ Cada frase entre aspas corresponde a uma resposta, de cada Coordenação.

“A secretaria tem realizado as atividades administrativas de maneira excelente. O setor está bem organizado, contando com o apoio do Sistema Acadêmico que atualiza e emite os dados acadêmicos dos discentes. As reuniões da secretaria com a Coordenação são feitas periodicamente de forma presencial ou remota”.

“O secretario institucional atende seis programas de pós do Centro de Estudos Sociais Aplicados, então muita coisa é resolvida de forma remota. Eu, como coordenadora, tenho priorizado as resoluções via email, etc., facilitando as coisas também para as/os pós-graduandas/os”.

“O contato presencial traz importância no processo de atendimento, enquanto as ações e atendimentos em caráter remotos agilizam algumas demandas”.

Somente 4 (quatro) respondentes indicaram a presencialidade de forma estrita, sem fazer menção ao trabalho remoto (bloco 3):

BLOCO 3 – Atendimento presencial (4 respostas)⁶⁰.

“O retorno presencial facilitou a comunicação entre administração, docentes e discentes”.

“As atividades administrativas no pós-pandemia foram retomadas de forma presencial”.

“As atividades administrativas no pós-pandemia estão plenamente incorporadas à rotina de trabalho presencial”.

“Voltou a normalidade com os atendimentos presenciais”.

Em relação ao Teletrabalho e/ou Programa de Gestão, 4 (quatro) respondentes explicitaram a implantação de tal formato de trabalho, como uma iniciativa institucional (bloco 4), sendo que somente 1 (um) avaliou de forma negativa tal formato:

BLOCO 4: Teletrabalho/Programa de Gestão (4 respostas)⁶¹.

“A [instituição] adotou o teletrabalho. Então temos 2 dias de atividades administrativa presencial e 3 com atividades remotas. Os docentes e discentes demandam a secretaria do PPGSS predominantemente de forma remota. Ao mesmo tempo como coordenação lidamos com muitos desencontros, constrangimentos e atrasos provocados pelo teletrabalho. A coordenação acaba muitas vezes fazendo o trabalho da secretaria para dar andamento às demandas do Programa”.

“A equipe técnico-administrativa tem realizado teletrabalho com escala de plantão presencial na pós-graduação, sem prejuízo do atendimento e encaminhamentos”.

⁶⁰ Cada frase entre aspas corresponde a uma resposta, de cada Coordenação.

⁶¹ Cada frase entre aspas corresponde a uma resposta, de cada Coordenação.

“A inclusão da possibilidade de trabalho remoto tem mais facilitado do que prejudicado o trabalho de gestão”.

“Passamos a ter, desde 2022, por meio do Programa de Gestão, o trabalho remoto para servidores, mesclado com o trabalho presencial. Na Pós, essa forma de organização do trabalho está funcionando, com resposta satisfatória por parte da servidora. Praticamente todo o trabalho relacionado à Secretaria foi digitalizado, permitindo que o trabalho remoto ocorra de forma adequada”.

Por fim, 3 (três) respondentes indicaram a escassez/ausência de recursos humanos e materiais para o trabalho administrativo.

BLOCO 5: ausência/escassez de recursos humanos e/ou materiais (3 respostas)⁶².

“As dificuldades que enfrentamos não foram necessariamente ligadas à pandemia, mas à aposentadoria da secretária e adaptação da nova funcionária, que depois engravidou e teve que se afastar”.

“Muitos equipamentos estragaram-se pela falta do uso e isso tem sido uma dificuldade porque não possuímos os recursos para adquirir novos equipamentos”.

“Preocupante para um PPG que não tem um técnico administrativo, tendo em vista que ficamos em desvantagem quando as atividades presenciais não são realizadas. O presencial é uma forma de troca entre os pares para ajuda coletiva”.

SOBRE DISCUSSÃO COLETIVA NO ÂMBITO DA INSTITUIÇÃO

Foi questionado ainda sobre se houve discussão coletiva relacionada ao uso de atividades híbridas e/ou remotas no cotidiano da Pós-Graduação/dos Programas e, ainda, caso tenha ocorrido, se houve alguma decisão formal no âmbito do Programa ou da Universidade⁶³.

No bloco 1 foram agrupadas as respostas afirmativas, indicando que houve discussão para a regulamentação de atividades híbridas e/ou remotas no interior da Universidade. Outras Coordenações indicaram que houve discussão, mas a Universidade aguarda posicionamento da CAPES. Somente 1 (uma) Coordenação indicou que houve aprovação de aulas híbridas:

⁶² Cada frase entre aspas corresponde a uma resposta, de cada Coordenação.

⁶³ Questão 36: “[...] com a melhoria das condições sanitárias, a partir de 2022, o [...] PPG e/ou Universidade realizou discussão coletiva relacionada ao uso de atividades híbridas e/ou remotas no cotidiano da Pós-Graduação/dos Programas? Se sim, houve, alguma decisão formal no âmbito do Programa ou da Universidade?”

BLOCO 1: sim, houve discussão para a regulamentação de atividades híbridas e/ou remotas no interior da Universidade (13 respostas) ⁶⁴.

“Já foram realizados debates no âmbito do Comitê *Stricto Sensu*, que reúne Coordenadores dos Programas de Pós-graduação da Universidade, mas a deliberação formal aguarda orientação da CAPES sobre o ensino híbrido. Nos debates realizados, a Pró-Reitoria tem se colocado contrária ao formato de disciplinas remotas e, mesmo as híbridas, tendo exigido que seja um percentual de, no máximo, 20%. O que já ocasionou descontentamento por parte de Coordenadores que defendem o ensino remoto e o híbrido”.

“Sim, a Universidade e o Programa realizaram discussões sobre esses dois formatos e a decisão formal foi a introdução de mudanças no Regulamento da Pós-graduação prevendo regulamentação a esse respeito”.

“Sim, houve discussão com os coordenadores dos PPGs da universidade e posteriormente levado ao colegiado. A indicação pela universidade é que a partir da Portaria da Capes sobre o ensino híbrido, os PPGs devem inseri-lo, assim como inserir nos PPCs dos cursos. No âmbito do nosso PPG esse debate foi iniciado, mas o encaminhamento foi aguardar o posicionamento da ABEPSS, pois entendemos que é possível desenvolver atividades neste formato, mas a metodologia de ensino híbrido ainda é confusa para nós. No âmbito da [universidade] entende-se que as aulas devem ser presenciais, mas com inserção de metodologias de ensino híbridas”.

“Sim: houve discussão coletiva dos programas de pós-graduação. Houve decisão legal na aprovação de aulas híbridas”.

“Em relação às reuniões do colegiado, votou-se pela modalidade remota e, na necessidade, híbrida. No caso das qualificações e defesas, foi assegurada no edital a possibilidade das modalidades presencial, remota ou híbrida. No caso dos eventos, ficou livre”.

“Muitos debates em nível de Programas, Unidades de Ensino, Câmara de Pós-Graduação e Conselho Universitário o que resultou [em resolução normativa]. Dispõe sobre o desenvolvimento de atividades de ensino síncronas nos cursos presenciais de pós-graduação *stricto sensu* da [universidade]. São 10 artigos desta Resolução, mas isto aqui pode ser uma síntese desta decisão: ‘Os Programas de Pós-Graduação (PPGs) poderão ofertar até 25% (vinte e cinco por cento) das disciplinas por meio de atividades de ensino síncronas em cada período letivo’”.

“Sim. Aguardando decisão da CAPES para realizar formalização no âmbito local”.

“Sim, realizaram alterações para regulamentar o uso das 3 modalidades com limites conforme as determinações da Capes”.

“Houve no âmbito da Universidade a regulamentação de atividades remotas ou híbridas para o corpo técnico-administrativo”.

“Sim. Elaboração de regulamento para as atividades remota e híbrida”.

“Regulamentação de bancas remotas e aulas, dependendo das condições também foram autorizadas a serem remotas”.

⁶⁴ Cada frase entre aspas corresponde a uma resposta, de cada Coordenação.

“Sim. Houve orientação e Instrução Normativa por parte da Instituição para a condução das atividades acadêmicas (aulas), respeitando percentuais presenciais de cargas horárias”.

“Têm ocorrido discussões e muitos grupos/cursos têm apoiado as atividades híbridas, no nosso caso o grupo é contrário e fazemos o possível para as reuniões, orientações e bancas serem presenciais”.

O bloco 2, por sua vez, agrupou as respostas afirmativas, indicando que houve discussão na Universidade e a afirmação da presencialidade em todas e/ou na maioria das atividades:

BLOCO 2: afirmação da presencialidade em todas e/ou na maioria das atividades (09 respostas) ⁶⁵.

“O debate foi em torno do retorno presencial para todas as atividades possíveis”.

“Não realizamos, porém houve dos professores e da Instituição indicações/recomendações para retomada da presencialidade total. Da parte dos alunos, ainda há resistências no retorno dos discentes por residirem em regiões distantes da Universidade, bem como de moradores na cidade”.

“Sim, realizamos discussões coletivas nos fóruns da Universidade e do Programa em que a grande maioria das atividades: aulas, disciplinas, ATPs, Núcleos de Pesquisa, Colegiado, Departamento, Seminários, Palestras, Aulas Inaugurais, Comissões de Trabalho são realizadas presencialmente com exceção de algumas bancas que são híbridas”.

“Houve a decisão da reitoria e CUV de estabelecer o retorno presencial em 2022, obrigatoriamente, essencialmente em sala de aula”.

“Deliberamos o retorno das reuniões de colegiado presenciais. Além disso, não permitimos aulas remotas ou híbridas. As demais atividades ainda não foram debatidas”.

“Não houve essa discussão institucionalmente. Mas, o PPG definiu a necessidade das atividades serem realizadas em sua maioria presencial. Exceto as defesas de dissertação”.

“Sim, houve discussões em todas as instâncias da ESS: congregação, conselho departamental, reuniões de departamentos, colegiado do PPGSS, com o objetivo de se determinar em que situações se optaria pelo modelo remoto e híbrido. Em todas as instâncias se reconheceu majoritariamente a necessidade de retomarmos as atividades presenciais. Há, entretanto, um debate na [instituição], que envolve o [sindicato], que objetiva regular o teletrabalho”.

“Sim, tiveram vários debates tanto na universidade e no campus [...] quanto no nosso Programa. A opção foi pela presencialidade plena (100%), além que na [universidade/governo federal] tem uma instrução normativa do trabalho docente ser presencial”.

⁶⁵ Cada frase entre aspas corresponde a uma resposta, de cada Coordenação.

“Decidimos, em Colegiado da Pós, manter as reuniões de Colegiado de forma remota. Quanto às disciplinas, embora não tenhamos discutido e tirado uma decisão formal (enquanto Colegiado), houve uma normativa da Universidade que exigiu o retorno presencial”.

No bloco 3 encontram-se as respostas que afirmaram não haver ainda um posicionamento institucional, sendo que alguns indicaram discussões iniciais e, outros, informaram que a decisão/posicionamento ficou a cargo de cada Programa:

BLOCO 3: sem posicionamento institucional (3 respostas) ⁶⁶.

“Iniciou discussão no âmbito da Câmara de Pós-Graduação, mas sem nenhuma decisão”.

“Houve reuniões e a [Pró-Reitoria] facultou aos PPGs a modalidade de funcionamento (presencial, remota ou híbrida)”.

“Sim, todas as instâncias da universidade discutiram isso e a utilização de atividade remotas na pós-graduação ficou a cargo de cada programa [...]”.

Os blocos 4 e 5 indicaram que houve e não houve, respectivamente, discussão institucional, sem maior detalhamento:

BLOCO 4 : sim, mas não detalhou (2 respostas) ⁶⁷.

“Sim”.

“Ainda está em processo de discussão”.

BLOCO 5 – Não, mas não detalhou (5 respostas) ⁶⁸.

“Não”.

“Ainda não promoveu reunião específica para o assunto”.

“Não houve um debate formal sobre o assunto”.

“Não”.

“Não”.

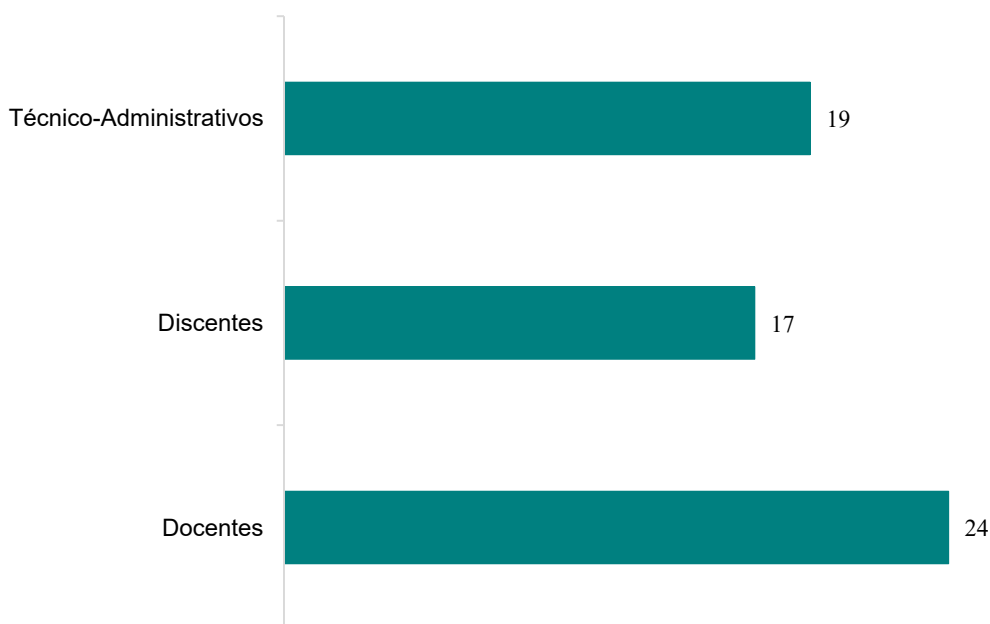
⁶⁶ Cada frase entre aspas corresponde a uma resposta, de cada Coordenação.

⁶⁷ Cada frase entre aspas corresponde a uma resposta, de cada Coordenação.

⁶⁸ Cada frase entre aspas corresponde a uma resposta, de cada Coordenação.

Das Coordenações que afirmaram ter havido discussão institucional sobre as atividades acadêmicas no pós-pandemia⁶⁹, a maioria indicou a participação docente; seguida da participação de técnico-administrativos e, por fim, a participação discente.⁷⁰ Observa-se a necessidade de envolver mais o corpo discente das instituições, visto que estes, provavelmente, serão os futuros docentes/pesquisadores da Pós-Graduação⁷¹ (gráfico 7):

Gráfico 7 – Participantes da discussão institucional sobre atividades multimodais



Fonte: Elaboração própria (2024).

Por fim, solicitamos sugestões e/ou observações sobre as ações da ABEPSS relacionadas ao tema "Atividades multimodais no âmbito da Pós-Graduação em Serviço Social", obtendo 19 (dezenove) respostas dissertativas⁷².

⁶⁹ Questão 37: “Em caso afirmativo, a questão envolveu: [...]”

⁷⁰ Resposta não obrigatória. As Coordenações puderam marcar mais de uma opção. Portanto, não cabe realizar a soma, visto que foram permitidas mais de uma resposta por Programa.

⁷¹ Questão 37: “Em caso afirmativo, a questão envolveu: [...]”.

⁷² Questão 38: “Caso tenha alguma sugestão e/ou observação sobre as ações da ABEPSS relacionadas ao tema “Atividades multimodais no âmbito da Pós-Graduação em Serviço Social, registre sua contribuição”. O preenchimento de tal resposta não era obrigatório. Por isso, não obtivemos respostas das 32 (trinta e duas) Coordenações.

No bloco 1, com 12 (doze) respostas, as Coordenações demandaram mais discussão (por meio de reuniões, oficinas) e/ou posicionamento da ABEPSS que oriente os Programas:

BLOCO 1: mais discussão e/ou posicionamento da ABEPSS (12 respostas).

“Reunião com os PPGs para aprofundamento dessa discussão e uma nota de posicionamento da ABEPSS, pois seremos avaliados pela Capes pela inserção dessa metodologia nos PPGs”.

“Criar estratégias para uma ampla discussão entre docentes e docentes sobre o ensino híbrido, tendo em vista subsidiar elementos para a avaliação da viabilidade ou não do ensino híbrido na Pós-Graduação em Serviço Social na [instituição]”.

“É preciso debater amplamente o tema entre docentes e discentes, avaliar com eles as aulas e adensar as discussões do colegiado, mais amplas sobre a realidade dos alunos e das aulas, buscando entender como se renovam os métodos. Não se sabe ainda como didaticamente garantir uma boa avaliação das aulas no período pós-pandemia. São novas gerações totalmente informatizadas e com acesso a tecnologias que terceirizam processos que exigem liberdade de criar”.

“Intensificar e ampliar o debate acerca desta questão (realizando oficinas)”.

“ABEPSS tem que debater as atividades multimodais e as suas implicações para a formação. São muitos os desafios!”

“Propor para a UFAS um texto orientador com diretrizes para as Atividades multimodais no âmbito da Pós-Graduação em Serviço Social – diretrizes para o ensino, as orientações, para os eventos, para pesquisa e extensão. Vale observar que parte dos discentes (pequena, mas representativa) por vezes reivindicam (apelam) por disciplinas remotas em períodos de chuva ou problemas no trânsito, outras vezes para reduzir custos de deslocamentos, para não precisarem pedir (ou por não conseguirem) afastamento do trabalho. Na pandemia chegavam a assistir as aulas nos ambientes de trabalho e penso que se abrirmos esta possibilidade isso continuará a ocorrer. Na [universidade] o ensino na Pós-Graduação é presencial, mas estas demandas se apresentam. O teletrabalho administrativo (secretarias) tem provocado um esvaziamento institucional das universidades e das dinâmicas dos PPGs e por sua vez aumentando o trabalho docente”.

“As atividades realizadas durante a pandemia, embora tenham causado muitas dificuldades, serviram para agregar experiência com o uso das plataformas na realização de algumas ações. Mas é importante perceber que as atividades na modalidade presencial são imensamente mais ricas, nada poderá substituí-las. As ações da ABEPSS relacionadas às atividades multimodais são imprescindíveis para que possamos ter os argumentos necessários em defesa da hegemonia das atividades presenciais, reconhecendo a importância das demais modalidades para acrescentar qualidade ao desenvolvimento dos PPGs”.

“Parabenizo a iniciativa da ABEPSS e as contribuições que esta pesquisa possa apresentar para o desenvolvimento das Pós-Graduações na área de Serviço Social”.

“Importante essa discussão da ABEPSS sobre ensino híbrido e uma tomada e/ou consolidação da posição da ABEPSS sobre a hibridização na pós-graduação mediada por EaD”.

“Aprofundar a discussão sobre a Pós-Graduação híbrida. Manter vivo o tema durante a gestão”.

“Impotência de ampliar o debate sobre o assunto”.

“A sugestão é investirmos mais nas discussões do ensino superior, especialmente no trato das ações afirmativas e de uma política de assistência estudantil! Acredito que temos que dar mais atenção nos critérios de avaliação dos PPGs junto à CAPES”.

Em seguida, no bloco 2, foram identificadas 5 (cinco) respostas com a reafirmação da presencialidade, especialmente em sala de aula, considerando algumas exceções:

BLOCO 2: Reafirmar o ensino presencial, ainda que considerando exceções (5 respostas):

“Entendo esta pesquisa da maior importância, assim como as discussões permanentes no sentido de reafirmar o ensino presencial com algumas exceções”.

“Aulas sempre presenciais e bancas, eventos científicos e reuniões de Colegiado podendo ser presenciais, remotas ou híbridas”.

“Somos contrários à hibridização do ensino, contudo dada a escassez de recursos realizamos bancas em formato remoto ou híbrida”.

“Quero registrar que sou contra aulas de pós-graduação *stricto sensu* de forma remota, mas acredito que reuniões podem acontecer no formato online, por conta dos motivos já explicitados acima”.

“Entendo que algumas atividades nas Universidades se manterão de forma remota (como reuniões, Colegiados, orientações, lives/palestras, reuniões de Núcleos, bancas, dentre outras). Contudo, entendo ser fundamental discutir/problematizar, de forma coletiva, sobre a formação discente (em aulas/disciplinas, especialmente) ocorrer de forma remota. As disciplinas, a meu ver, podem ser ministradas de forma remota em situações, por exemplo, de internacionalização (uma disciplina ministrada por docentes de universidades de outros países em conjunto com docentes do PPG), o que é um ganho para o Programa. Contudo, as disciplinas obrigatórias na formação de Mestres e Doutores precisam ser ministradas de forma presencial, pois já avaliamos, após a pandemia, todos os prejuízos pedagógicos decorrentes das aulas ministradas remotamente (câmeras fechadas, pouca participação discente, prejuízos na relação dialógica entre discentes e docentes)”.

No bloco 3, indicou-se a necessidade de incorporar o uso das TICs de forma crítica, de modo a fortalecer os Programas na área, tendo em vista:

BLOCO 3: incorporar o uso das TICs de forma crítica, para fortalecer os Programas (1 resposta).

“Que as tecnologias da informação e comunicação possam ser apropriadas como estratégia para ampliar a visibilidade e as articulações interinstitucionais dos Programas, desde que com o devido cuidado para que estas não sejam utilizadas para naturalizar a falta de investimentos públicos (enfraquecendo a nossa luta histórica). Tampouco, seja utilizada para legitimar o ensino híbrido, como se este não estivesse nenhuma relação com a precarização do ensino superior e com as condições de trabalho docente”.

Já no bloco 4, constatou-se que a demanda pelo ensino híbrido será crescente e balizará as avaliações da CAPES, considerando:

BLOCO 4: Demanda pelo ensino híbrido e/ou remoto será crescente e balizará a Quadrienal (1 resposta).

“Acredito que com as normativas e documentos da Capes sobre o ensino híbrido e ou/remoto, será um ponto a ser debatido nos cursos, já que tais demandas serão crescentes para 2024/1. Tais aspectos também deverão balizar a avaliação quadrienal”.

3. BREVES CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente, ressalte-se que o número de participantes da pesquisa (88,9%) representa alta adesão e compromisso dos Programas com a discussão do tema. É necessário pontuar, pois, que a participação dos Programas na pesquisa – por meio de suas Coordenações – representa um esforço coletivo de construir diagnósticos e estratégias para afirmação da direção social da profissão no âmbito da formação, considerando especialmente o momento complexo pós-pandemia e todos os desafios que nos foram colocados desde então.

Outrossim, cabe-nos aqui uma breve síntese dos achados da pesquisa:

- (i) No que diz respeito às disciplinas, constata-se a prevalência do retorno às atividades presenciais. As Coordenações apontaram dificuldades na retomada inicial dos estudantes à sala de aula, considerando o longo tempo de afastamento. Por outro lado, também foi considerado que a modalidade presencial foi potente, tendo em vista a possibilidade do debate e da construção de aprendizado coletivo.

- (ii) Sobre o funcionamento dos Núcleos de Pesquisa e Extensão, a maioria indicou que os Núcleos vêm adotando *pari passu* o formato de funcionamento presencial e híbrido e, com menor frequência, o formato remoto. Ou seja, os Núcleos mantiveram, como “herança” da pandemia, formatos remoto e híbrido, aumentando a interlocução nacional e internacional.
- (iii) A mesma dinâmica ocorreu com o funcionamento das bancas, que foram mantidas, também, no formato remoto no pós-pandemia, indicando-se a possibilidade de maior interlocução com pesquisadores nacionais e internacionais. As Coordenações pontuaram que as bancas permanecem sendo realizadas nos distintos formatos, favorecendo a participação de pesquisadores externos.
- (iv) Quanto às reuniões e realização de eventos acadêmicos, salientou-se que tais atividades vêm sendo realizadas nos 3 (três) formatos: presencial, remoto e/ou híbrido, afirmando, também, que a pandemia trouxe tal necessidade e, no pós-pandemia, os Programas permaneceram com tais formatos.
- (v) No que se refere ao atendimento administrativo, a maioria indicou o atendimento presencial como prevalente, mas também apontou o uso de outras formas de atendimento (e-mail, Whatsapp) com vistas à agilização do atendimento.
- (vi) Por fim, quanto à discussão coletiva relacionada ao uso de atividades híbridas e/ou remotas no cotidiano da Pós-Graduação/dos Programas, a maioria informou que houve discussão para a regulamentação de atividades híbridas e/ou remotas no interior da Universidade.

Compreendemos que o presente trabalho se constitui como um esforço, ainda que inicial, de conhecer como os Programas vêm respondendo aos desafios pós-pandemia, considerando, ainda, a preocupação com a qualidade do processo formativo de novos Mestres e Doutores.

Um aspecto que nos chamou a atenção, foi que nenhuma Coordenação fez referência ao ensino remoto no pós-pandemia, o que traduz a preocupação da área com a qualidade do processo de formação relacionado à necessária relação pedagógica pautada na presencialidade.⁷³ Por outro lado, apreende-se que os Programas introjetaram atividades

⁷³ Cf. Saviani (2023), sobre a presencialidade na educação superior.

acadêmicas – tais e quais, eventos, reuniões, bancas - que foram forçosamente realizadas no contexto pandêmico, mas que, ao seu findar, perceberam possibilidades, especialmente no que concerne à interlocução relacionada à pesquisa, nacional e internacional.

Contudo, cabe-nos provocar o debate sobre tal introjeção, de forma crítica, mas sem rejeitar, por si só, tais práticas acadêmicas. Decerto, o uso das TICs nas atividades de pesquisa, bancas, eventos, dentre outras, constitui uma possibilidade de alargamento do círculo de diálogo entre pesquisadores e grupos de fora da localidade onde a mesma se realiza, o que traz ganhos importantes para a troca de conhecimento e organização de parcerias nacionais e internacionais. Esta prática, porém, tem sido apontada pelas universidades como estratégia para reduzir custos, sem problematizar o ajuste fiscal e a contenção dos investimentos na educação. Entretanto, vale considerar que a perda da presencialidade também implica limitações ao diálogo e à fluidez das trocas de ideias que o contato presencial permite, limitando o conhecimento da realidade dos sujeitos envolvidos e a formação de vínculos. Mas, sobretudo, trata-se de evitar uma análise endógena à área, considerando fundamentalmente o perfil de expansão da educação superior brasileira, dominado pelo setor privado-mercantil, concentrado em conglomerados que exploram a educação como mercadoria, concentram capital na Bolsa de Valores e, ainda, que se utilizam do EaD como estratégia de expansão e valorização do capital.

A crescente mercantilização e precarização do ensino, pois, tem sido objeto de crítica e de contestação dos profissionais da educação e de estudantes que, por meio de mobilizações, greves, ocupações, etc. vêm denunciando o projeto do capital para a educação, seu caráter instrumental e alienante, caudatário da neutralidade técnica e de uma formação voltada exclusivamente para o mercado, pautada na “pedagogia das competências”⁷⁴. A ABEPSS, juntamente com o conjunto CFESS/CRESS e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), tem se somado a esse movimento na defesa de uma educação de qualidade, crítica e emancipatória como um direito social inalienável. Além disso, as entidades têm reiterado a incompatibilidade entre Ensino a Distância (EaD) e o projeto ético-político da profissão⁷⁵. Por meio de documentos, *lives* e nos eventos da área, as entidades assumem uma crítica dura às diversas formas de aligeiramento e precarização da formação profissional e reiteram o seu compromisso com a formação de qualidade.

⁷⁴ Sobre a Pedagogia das Competências, cf. livro de Ramos (2001) e, ainda, Frigotto (2015).

⁷⁵ Cf. ABEPSS (2011), além dos documentos produzidos em conjunto pelas entidades da categoria: CFESS/ABEPSS/ENESSO (2010 e 2014).

A conjuntura do país pós-pandemia, especialmente no terceiro governo Lula, é marcada pela intensa pressão da burguesia sobre o fundo público e tem se movido a partir de uma lógica paradoxal em relação às universidades públicas e à Pós-Graduação: de um lado, eleva o valor das bolsas de pesquisa em todos os níveis,⁷⁶ repõe parte do orçamento das instituições federais,⁷⁷ além de instituir a Política Nacional de Assistência Estudantil, com a novidade de incluir – ainda que com limites⁷⁸ - discentes de Pós-Graduação (Brasil, 2024); de outro, efetua o contingenciamento de recursos da educação, afetando duramente as universidades e institutos federais, além de órgãos de pesquisa como o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), o que impactará, certamente, o financiamento da pesquisa científica.

Decerto, neste contexto que combina austeridade financeira e ofensiva das corporações ligadas à educação na busca por construção de um consenso voltado à implementação de um novo modelo de ensino, mais barato, mais adequado às necessidades do mercado, de natureza instrumental e acrítica, a ABEPSS assume a tarefa de pautar o debate sobre o tema, com a finalidade de acumular conhecimento crítico e fortalecer as necessárias resistências que pautam a ação do Serviço Social e suas entidades. O reconhecimento da realidade dos Programas de Pós-Graduação no uso das TICs são, portanto, o ponto de partida de um debate que, esperamos, seja profícuo e indicativo do fortalecimento da luta por uma formação de qualidade como parte da afirmação da direção social crítica que pauta o Serviço Social brasileiro⁷⁹.

⁷⁶ Cf. Governo Federal anuncia reajuste de bolsas do CNPq e da CAPES. Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/assuntos/noticias/cnpq-em-acao/governo-federal-anuncia-reajuste-de-bolsas-do-cnpq-e-da-capes#:~:text=O%20aumento%20das%20bolsas%20ser%C3%A1,para%20a%20inicia%C3%A7%C3%A3o%20cient%C3%ADfica%20junior>. Acesso em: 04 out. 2024.

⁷⁷ Sobre as dificuldades orçamentárias, cf. entrevista da presidenta da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES): “Presidente da Andifes: universidades não têm verba para fechar o ano”. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/2024/06/06/presidente-da-andifes-universidades-nao-tem-verba-para-fechar-o-ano/>. Acesso em: 04 out. 2024.

⁷⁸ Sem dúvida, a aprovação da lei n. 14.914 (Brasil, 2024), que institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) é de extrema importância, visto que a PNAES se tornou lei, deixando de ser somente programa de governo (Brasil, 2010). Contudo, no que se refere ao atendimento a discentes de Pós-Graduação, ainda apresenta limites, visto que não coloca como parte do público-alvo, como direito, os discentes de Pós-Graduação, mas, somente se houver recursos orçamentários, conforme o capítulo 1, § 2º: “Se houver disponibilidade de recursos orçamentários, a PNAES poderá atender ainda: I - estudantes matriculados em programas presenciais de mestrado e de doutorado das instituições referidas no § 1º deste artigo” (Brasil, 2024, s/p).

⁷⁹ No momento da elaboração deste texto, a discussão sobre esta proposição no âmbito da Pós-Graduação brasileira ganha materialidade, além das mencionadas iniciativas, na formação de um Grupo de Trabalho (GT) na CAPES, cuja incumbência é “[...] formular diretrizes para o funcionamento do ensino mediado pelo uso de tecnologias nos Programas de Pós-Graduação (PPG) *stricto sensu*, conhecido como híbrido”. Carlos Caramori, coordenador do grupo, afirmou que a educação a distância pode oferecer ensino de qualidade em todo Brasil e o “[...] modelo híbrido pode ser a garantia para que isso aconteça com todas as ferramentas e tecnologias possíveis” (*idem, ibidem*), o que demonstra a disposição do governo e dos gestores educacionais em dar forma e expressão objetiva a este projeto. Disponível em: [https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/grupo-de-trabalho-da-inicio-ao-](https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/grupo-de-trabalho-da-inicio-ao)

Frente aos inúmeros desafios que a Pós-Graduação brasileira enfrenta na atual conjuntura, em especial as Humanidades, a ABEPSS, sem refutar o uso de TICs como suporte ao pleno desenvolvimento dos Programas, reitera a importância da presencialidade como condição intransponível para uma formação de qualidade. Ao mesmo tempo, destaca a importância da área estar atenta às proposições voltadas à generalização do uso das TICs como mediação do processo de ensino-aprendizagem, alertando para a incontornável necessidade do debate sobre os seus fundamentos, em estreita relação com a realidade concreta: o subfinanciamento da educação como traço estrutural do capitalismo dependente brasileiro (Leher, 2019; Macário e Reis, 2020), das desigualdades regionais e intra-regionais que estruturam a Pós-Graduação no Brasil (Guimarães; Brito; Santos, 2024) e a particularidade do Serviço Social enquanto área do conhecimento⁸⁰.

REFERÊNCIAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Monitoramento - graduação e Pós-graduação** – a formação em Serviço Social e o Ensino Remoto Emergencial. Brasília: 2022. Disponível em: www.abepss.org.br. Acesso em: 01 out. 2024.

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **A Formação em Serviço Social e o Ensino Remoto Emergencial**. Brasília: 2021. Disponível em: www.abepss.org.br. Acesso em: 01 out. 2024.

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social; CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. As entidades do Serviço Social brasileiro na defesa da formação profissional e do projeto ético-político. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 108, p. 785-802, out./dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/nRZGXMw57P44GTKKg43gpHk/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 01 out. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). **Diário Oficial da União**, Seção 1, p. 5, 20 jul. 2010, Brasília, Distrito Federal, 2010. Disponível em:

[debate-sobre-ensino-hibrido](#). Acesso em: 04 jul. 2024. Matéria recente, publicada no site da CAPES no dia 15/08/2024 informa que o tema esteve na pauta da 230ª reunião ordinária do Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES) realizada na sede da CAPES no período de 7 a 9 de agosto de 2024. Informa, ainda, que o relatório final do Grupo de Trabalho sobre o tema foi aprovado pelos conselheiros e será publicado em breve na página da CAPES, sendo que, posteriormente, “[...] a Fundação deve trabalhar em uma normativa orientadora aos Programas de Pós-Graduação”. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/ctc-es-debate-ensino-hibrido-e-acoes-afirmativas>. Acesso em: 04 out. 2024.

⁸⁰ Cf. obra organizada por Lewgoy e Maciel (2021), sobre a Pós-Graduação na área do Serviço Social.

<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=7234&ano=2010&ato=b10MzYU5EMVpWT28c>. Acesso: 01 out. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 14.914, de 03 de julho de 2024. Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). **Diário Oficial da União**, Seção 1, p. 5, 04 jul. 2024, Brasília, Distrito Federal, 2024. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=14914&ano=2024&ato=1e6gXTE5ENZpWTfb3>. Acesso: 01 out. 2024.

CAMIN, Eduardo. Covid 19, el virus del capitalismo y la explosión histórica del desempleo. **Rebelión**, Opinión, en 05 oct. 2020. Disponível em: <https://rebelion.org/covid-19-el-virus-del-capitalismo-y-la-explosion-historica-del-desempleo/>. Acesso em: 01 out. 2024.

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG 2024-2028)**. Versão Preliminar disponível para consulta pública em 20 dez. 2023 a 08 jan. 2024. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/pnpg-2024-2028>. Acesso em: 01 out. 2024.

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social; ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social; ENESSO – Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social. **Sobre a incompatibilidade entre graduação a distância e Serviço Social**. Volume 2. Brasília: CFESS/CRESS/ABEPSS/ENESSO, 2014. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS_incompatibilidadevolume2_2014.pdf. Acesso em: 01 out. 2024.

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social; ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social; ENESSO – Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social. **Sobre a incompatibilidade entre graduação a distância e Serviço Social**. Volume 1. Brasília: CFESS/CRESS/ABEPSS/ENESSO, 2010. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/incompatibilidadevolume1_2015-Site.pdf Acesso em: 01 out. 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A gênese das teses da Escola sem partido: esfinge e ovo de serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Escola "sem" partido**. Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. 1 ed, v. 1. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, p. 17-34, 2017. Disponível em: <https://ifg.edu.br/attachments/article/7536/A%20g%C3%AAnese%20das%20teses%20do%20Escola%20sem%20Partido%20esfinge%20e%20ovo%20da%20serpente%20que%20amea%C3%A7a%20a%20sociedade%20e%20a%20educa%C3%A7%C3%A3o%20%E2%80%93%20Gaud%C3%AÂncio%20Frigotto.pdf>. Acesso em: 03 out. 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva 30 anos depois: regressão social e hegemonia às avessas*. **Revista Trabalho Necessário**, v. 13, n. 20, p. 206-233, 2015. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/8619/6182>. Acesso em: 03 out. 2024.

GIOLO, Jaime; LEHER, Roberto; SGUISSARDI, Valdemar. **Future-se: ataque à autonomia das instituições federais de educação superior e sua sujeição ao mercado**. São Carlos, SP:

Diagrama Editorial, 2020. Disponível em: <https://vsguissardi.com.br/livro/future-se-ataque-a-autonomia-das-instituicoes-federais-de-educacao-superior-e-sua-sujeicao-ao-mercado/>. Acesso em: 03 out. 2024.

GUERRA, Yolanda; CARRARA, Virginia; MARTINS, Alcina Maria de Castro. Ensino e formação virtuais: a nova estratégia do projeto de educação a serviço do capital. **Revista Katálisis.**, Florianópolis, v. 25, n. 3, p. 570-584, set.-dez. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/LLCvgBtd9qXyZWNQSVbTYqp/>. Acesso em: 03 out. 2024.

GUIMARAES, André Rodrigues; BRITO, Cristiane de Sousa; SANTOS, José Almir Brito dos. Expansão e financiamento da Pós-Graduação e desigualdade regional no Brasil (2002-2018). **Práxis Educacional.** Vitória da Conquista, v. 16, n. 41, p. 47-71, 2020. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-26792020000500047&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 03 out. 2024.

LEHER, Roberto. Universidade, ciência e tecnologia no capitalismo dependente. In: LEHER, Roberto. **Autoritarismo contra a universidade:** o desafio de popularizar a defesa da educação pública. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, p. 89-154, 2019. Disponível em: <https://rosalux.org.br/wp-content/uploads/2020/12/Autoritarismo-contra-a-Universidade-Expressao-Popular.pdf>. Acesso em: 03 out. 2024.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista; Ana Lúcia Suárez Maciel. **Pós-graduação e Produção de Conhecimento em Serviço Social: Conjuntura, Tendências e Desafios.** 1. ed. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021. Disponível em: <https://www.editoranavegando.com/pos-gradua%C3%A7%C3%A3o-servico-social>. Acesso em: 03 out. 2024.

LYRA, Rubens Pinto. O Protofascismo brasileiro. **A terra é redonda** [online], publicado em 30 mar. 2020. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/o-protofascismo-brasileiro/>. Acesso em: 03 out. 2024.

MACÁRIO, Epitácio; REIS, Luiz Fernando. COVID-19, Dívida Pública e Crise de Financiamento de Ciência e Tecnologia no Brasil. **ABRASCO** – Associação Brasileira de Saúde Coletiva [online], 22 abr. 2020. Disponível em: <https://abrasco.org.br/covid-19-divida-publica-e-crise-de-financiamento-de-ciencia-e-tecnologia-no-brasil-artigo-de-epitacio-macario-e-luiz-fernando-reis/>. Acesso em: 03 out. 2024.

MÉSZÁROS, István. Para além do Capital. São Paulo: Boitempo Editorial e Editora da UNICAMP, 2002.

NEGREIROS, Taise Cristina Gomes Clementino de. Educação, “inovação disruptiva” e os novos desafios à formação profissional da classe trabalhadora frente à ação predatória do capital financeiro. **Germinal:** marxismo e educação em debate, Salvador, v. 14, n. 3, p. 513-534, dez. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/51335/28302>. Acesso em: 03 out. 2024.

PEREIRA, Larissa Dahmer.; FERREIRA, Andreza Telles Silva. *La Educación a Distancia como estrategia expansionista de la educación superior y del Trabajo Social brasileño.*

Revista de Trabajo Social, v. 98, p. 75-86, 2023. Disponível em: <https://revistatrabajosocial.uc.cl/index.php/RTS/article/view/61275>. Acesso em: 03 out. 2024.

PĘDŁOWSKI, Marcos. Queda acentuada nas matrículas de pós-graduação no Brasil sugere declínio no interesse por carreiras científicas. **Blog do Pedlowski**, Disponível em: <https://blogdopedlowski.com/2024/05/23/queda-acentuada-nas-matriculas-de-pos-graduacao-no-brasil-sugere-declinio-no-interesse-por-carreiras-cientificas/>. Acesso em: 03 out. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. **A pedagogia das competências**: autonomia ou adaptação? São Paulo: Cortez, 2001.

SALVADOR, Evilásio. Disputa do fundo público em tempos de pandemia no Brasil. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 1-15, e39326, 2020. DOI: 10.15448/1677-9509.2020.2.39326. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/article/view/39326/26504>. Acesso em: 16 set. 2024.

SAVIANI, Dermeval. A importância da presencialidade no ensino superior. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 24, n. 56, p. 182-207, set./dez. 2023. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/24422/16308>. Acesso em: 08 out. 2024.

SGUISSARDI, Valdemar. Expansão da Educação Superior e Desmonte do Sistema de Produção Científica e Formação de Pesquisadores no Brasil. In: PEREIRA, Larissa Dahmer; BARBOZA, Douglas Ribeiro (Org.). **Contrarreformas e Expropriação de Direitos no Terreno da Ortodoxia Liberal**: Perspectivas críticas para a análise da realidade brasileira. Uberlândia: Navegando, p. 18-62, 2023. Disponível em: https://www.editoranavegando.com/files/ugd/35e7c6_8fffcdbd68f3749d58e9e9befeba4b36b.pdf. Acesso em: 03 out. 2024.

SILVA, Ruteléia Cândida de Souza; LOPES, Gisele Marques; LOPES, Cleudiaude Martins. Quando as tecnologias da informação e comunicação passam a dominar o ensino superior público no Brasil [em fase de pré-publicação]. 2023.

SILVA, Moreira Silva; RODRIGUES, Rafael Coelho. Pandemia de Covid-19 e sofrimento psíquico: alguns elementos para uma problematização do Brasil contemporâneo. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 21, n. 51, p. 323-339, mai./ago. 2021. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v21n51/v21n51a03.pdf>. Acesso em: 03 out. 2024.

VALE, Andréa Araújo do; PEREIRA, Larissa Dahmer (orgs.). **O ensino a distância na formação em Serviço Social**: análise de uma década. 1. ed. Rio de Janeiro: E-Papers, 2019. Disponível em: https://www.e-papers.com.br/produto/o_ensino_a_distancia_na_formacao_em_servico_social/?v=dc634e207282. Acesso em: 03 out. 2024.

Realizado o Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme a Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

TÍTULO	Pós-Graduação em Serviço Social: um panorama das atividades acadêmicas no pós-pandemia
ORGANIZADORES	ABEPSS Cristiana Costa Lima (Orgs)
SUPORTE	Digital
PROJETO GRÁFICO E CAPA	ABEPSS
DESIGN SELO ABEPSS EDITORIAL	Rafael Werkema CARMELITA YAZBEK
PÁGINAS	55
TIPOGRAFIA	Times New Roman CORPO Times New Roman TÍTULOS

